

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Juliana Renck Bimbi

**O conceito de interseccionalidade no pensamento de Patricia Hill Collins:
contribuições para a escrita da história**

Porto Alegre

2023

JULIANA RENCK BIMBI

**O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NO PENSAMENTO DE PATRICIA
HILL COLLINS: CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciada em História.

Orientadora: Fernanda Oliveira

Porto Alegre
2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Cesar e Beatriz e minha irmã Letícia. Sinto que nenhum parágrafo de agradecimento é capaz de traduzir o quanto vocês são absolutamente necessários para a realização desse momento. Agradeço acima de tudo pela empatia e apoio em todos os momentos de dificuldade, que foram muitos. A minha madrinha Patrícia e a pequena Stella, pelos momentos de alegria e apoio. Agradeço à minha avó Antoninha Bimbi, que aos quase 100 anos continua me acompanhando, vibrando pelas minhas conquistas e me enchendo de palavras carinhosas, como fez desde o meu nascimento. Também agradeço a avó Lygia, que não pôde presenciar esse momento em vida, mas que como uma professora e defensora da educação, acredito que estaria feliz com minhas escolhas.

Aos meus companheiros de trajetória política na Resistência-PSOL. Foi com vocês que me forjei pessoa, militante e também historiadora. Aprendi também com vocês que essas três caminhadas são inseparáveis e, por consequência, parei de lutar para separá-las. Destaco aqui Altemir Cozer, Beatriz Tadvald, Caio Britto, Daniel Schites, Henrique Haag, Jaison Xanchão, Lucas Fagundes, Lucas Scaldaferrri, Marina Amaral, Martina Gomes, Matheus Gomes, Matheus Hein, Priscila Costa, Sarah Cordeiro, Victoria Ferraro, Xainã Pitaguary, Wellington Porto e William Gonçalves. Às mulheres da regional RS, com quem venho fortalecendo uma consciência feminista que possa incorporar de fato todas as mulheres, com base em uma solidariedade revolucionária: Andressa Minossi, Adriane Linderman, Daniela Conte, Gabriela Maxakali, Giany Rodrigues, Graziela Oliveira, Mara Souza e muitas outras.

Às amigas que me cercam de amor e que torceram muito por mim nesse trabalho, mesmo que às vezes de longe: Alexandra Reis, Ana Laura Horbach, Caroline Pedroso (nossos cafés na física eram a motivação de quarta feira), Gabriela Maidana (e Ayla), Kassiele Nascimento, Krisley da Luz, Letícia Oliveira e Maria Tereza Blanco.

Aos amigos que fiz no curso de história, em especial Carolina Llanes, Giovanna Jung, Janove, Juliana Cros, Marcelo Eleutherio, Marvin Amaral, Matheus Machado, Mirela Mendes, Nathalia Correa, Victor Alex, Vinicius Furini, Wellington Alves. Vocês fizeram meus dias no campus do vale mais felizes e me deram motivação para seguir.

Aos meus amigos “de mais tempo”, por sempre terem acompanhado positivamente minha trajetória e tolerado minhas ausências. Em especial Júlia Ilha, João Francisco e Ana Laura Nunes.

À minha orientadora Fernanda Oliveira, pelas sugestões, pela atenção e sensibilidade.

Aos outros professores que me incentivaram, direta ou indiretamente, ao longo desses anos: Caroline Bauer, Cláudia Mauch, Fábio Kuhn, Fernando Seffner, José Rivair, Marcus Vinicius, Mathias Luce, Melina Perussatto, Pedro Telles, Regina Weber, entre outros. À professora Mariângela Bairros da FAGED, com quem pude obter uma bolsa de monitoria no segundo ano da graduação; à Marisângela Martins, vulgo “Nina” do NPH, com quem, durante o desenvolvimento das atividades de extensão, pude aprender mais sobre relações de gênero, raça e classe; às professoras do Colégio de Aplicação Carla, Mayara e Tasia, pela oportunidade de ter experiência como bolsista no colégio.

Agradeço Vinicius Furini e Maria Tereza (de novo), pelas sugestões e revisões do trabalho que se dispuseram a fazer. Agradeço pelos comentários extremamente enriquecedores de Bruna Santiago na banca, que com certeza serão levados a sério por mim na continuidade desse trabalho.

Por fim, meu companheiro Jean Montezuma, por tudo. Desde os cafés passados, a companhia nos momentos de escrita, as palavras de incentivo, às opiniões sinceras ou a simples presença, sempre baseada no amor e companheirismo.

Resumo

A interseccionalidade vem ganhando relevância nos estudos acadêmicos e também na discussão pública, nos movimentos sociais e ativismo, nos últimos anos. Este trabalho tem por objetivo investigar as possibilidades de escrita da história a partir do conceito de interseccionalidade no pensamento de Patricia Hill Collins, socióloga norte-americana estudiosa das relações de gênero e raciais. Para isso, articulamos o conceito de experiência, a noção de sujeito e estrutura na história e o conceito de identidade, buscando compreender possíveis aproximações. Evidenciamos os sujeitos implicados na discussão e buscando historicizar o conceito a partir da concepção empregada por Collins, compreendendo o movimento de mulheres negras como agente histórico.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Patricia Hill Collins; escrita da história; experiência.

Abstract

In recent years, intersectionality has gained relevance in public discussion, social movement and activism. The purpose of this work is to investigate the possibilities of history writing starting from the concept of intersectionality from the thought of Patricia Hill Collins, north-american sociologist and scholar of gender and race studies. To achieve this goal, we articulate the concept of experience, the notion of subject and structure in history and the concept of identity to comprehend possible approximations. We evidenced the subjects involved in the discussion and seek to historicize the concept from the concept employed by Collins, understanding the black women's movement as a historical agent.

Key-words: Intersectionality; Patricia Hill Collins; writing of history; experience.

Sumário

1. Introdução	8
2. Capítulo 1: Da luta pela autodefinição à teorização da <i>interseccionalidade</i>: apresentando Patricia Hill Collins através dela mesma	12
2.1 A escrita de Collins em articulação com sua vivência.....	12
2.2 Definindo a interseccionalidade.....	18
3. Capítulo 2: Experiência histórica e interseccionalidade: relação entre sujeito e estrutura na história	27
3.1 Experiência em Collins e E.P. Thompson.....	27
3.2 Identidade, política identitária e experiência.....	35
4. Capítulo 3: “Repensando o ativismo de mulheres negras”: a historicidade da Interseccionalidade	41
4.1 Características comuns ao ativismo de mulheres negras.....	42
4.2 Experiência de classe das mulheres negras e interseccionalidade.....	47
5. Considerações finais	53
6. Referências Bibliográficas	56

1. Introdução

A pluralidade de atores que emergiram no plano político e social nas últimas décadas trouxe novos desafios para a produção acadêmica e, mais especificamente, a historiografia. Como abarcar a complexidade da experiência de sujeitos distintos de forma multidimensional incorporando conceitos de raça, classe, gênero e sexualidade é uma questão constante que paira sobre a escrita dos historiadores. Trabalhos que buscam situar a experiência negra como centro de distintos campos da história social (ROSA, 2014; NASCIMENTO, 2016; SILVA, 2011) e também os que compreendem o gênero como elemento central do processo histórico (PERROT, 2017; DEL PRIORE, 2020) tem sido importantes contribuições para atualizar o conhecimento e superar lacunas da historiografia clássica. A interseccionalidade tem sido uma ferramenta acionada no campo das ciências humanas, em especial a sociologia e o direito, para abarcar múltiplos sujeitos na elaboração acadêmica. Já na produção historiográfica brasileira, por mais que haja uma tendência de crescimento das reflexões que a referenciam, ainda seguem insuficientes, em especial perante a complexidade da teoria proposta por Collins, cuja obra é sub-explorada no campo.

O sucesso do termo não indica necessariamente a existência de um amplo consenso político e acadêmico (COLLINS, 2022). Pelo contrário, a interseccionalidade hoje é empregada para justificar leituras referenciadas em correntes teóricas profundamente distintas. Apesar disso, sua imensa reivindicação no público intelectual ativista deve ser constatada como um fenômeno de interesse importante. Fora da academia, o termo também se tornou um cânone por parte daqueles e aquelas que buscam agregar existências anteriormente invisibilizadas no centro da mobilização popular e virtual. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge atentam para essa ampla divulgação da interseccionalidade, em especial por parte dos públicos feministas on-line, que recentemente tiveram seu alcance diversificado e a entrada de outros pontos de vista em seus debates (COLLINS; BILGE, 2021). Por conta da grande difusão do conceito, devem ser valorizados os esforços para agregar conteúdo e desenvolver a interseccionalidade como teoria social crítica. Esse trabalho pretende investigar as possíveis aproximações sobre o conceito de interseccionalidade como entendido por Patricia Hill Collins e a escrita da história.

Como fonte, encontramos traduzidos para o Brasil hoje três livros de Collins: “Pensamento Feminista Negro” (2019), cuja tradução ocorreu de forma tardia, visto que a obra original “*Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*” foi publicada em língua inglesa em 1990, “Interseccionalidade” (2021),

escrito em conjunto com a professora Sirma Bilge e “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” (2022), todos publicados através da editora Boitempo. Além disso, alguns artigos com tradução também foram utilizados para encontrar a dinâmica do desenvolvimento do pensamento de Collins ao longo do tempo, foram eles: “Aprendendo com a *outsider within*” (2016) e “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” (2017). A investigação dessas obras foi orientada através da busca pelo sentido do conceito de interseccionalidade e seu desenvolvimento na produção teórica da socióloga.

Para Collins, o conceito de interseccionalidade não se trata de uma invenção de mentes brilhantes, e sim de um acúmulo histórico produzido, em especial, pelo movimento de mulheres racializadas. Nesse sentido, buscamos articular as suas ideias com outras referências bibliográficas dessas mulheres, em especial as afro-americanas, por ser o contexto vivenciado e analisado por ela. Os artigos de Kimberlé Crenshaw, particularmente, de 1989 e 1991, foram importantes por conta da sua ampla relevância nos estudos da interseccionalidade. Não encontramos traduções dessas obras no português, portanto as citações estão traduzidas por mim e as originais constam em notas de rodapé. Vale ressaltar o esforço do Instituto Geledés, que possui diversas traduções de obras de mulheres negras estadunidenses para o português, incluindo Crenshaw, porém não encontramos sua versão na íntegra no site. Buscamos também evidenciar quem são as autoras e autores citados no trabalho, que estão descritos nas notas de rodapé, como uma forma de lançar luz aos sujeitos que produzem teoria, um aspecto importante da obra de Collins.

Procuramos trazer, especialmente, a produção acadêmica de mulheres racializadas como referências bibliográficas, por compreender que a construção do conhecimento também está permeada por relações de poder e invisibilização, como nos alertou a socióloga cuja obra aqui é utilizada como fonte. Em toda a investigação, pudemos perceber que uma das maiores preocupações da professora é fazer com que as mulheres racializadas sejam vistas de fato enquanto intelectuais, não tendo sua escrita invisibilizada ou apropriada sem o devido reconhecimento (BUENO, 2020). O livro “Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins” (2020), adaptação da dissertação de mestrado de Winnie Bueno, foi o principal trabalho que encontramos produzido no Brasil sobre o pensamento de Collins. Mesmo situado no campo de estudos do Direito, as reflexões de Bueno foram essenciais para compreender o conceito de interseccionalidade e suas possibilidades de uso na historiografia.

O interesse pela temática surgiu a partir dos estudos feministas, especialmente no desafio de buscar sínteses entre as múltiplas leituras que tive acesso no decorrer da graduação

que abordam as temáticas de gênero, raça e classe. Ao ter contato com a obra de Patricia Hill Collins, a maneira com que é trabalhado o conceito de interseccionalidade por ela me pareceu extremamente útil para uma escrita da história que buscasse o centro na agência dos sujeitos em suas múltiplas determinações. Em especial, a articulação com a teoria da história e a concepção de classe de E. P. Thompson auxiliou na busca por essa ponte, trazendo um sentido para a investigação a partir do conceito de experiência.

O trabalho está dividido em três partes, com subdivisões entre elas. O primeiro capítulo, “Da luta pela autodefinição à teorização da *interseccionalidade*: apresentando Patricia Hill Collins através dela mesma”, tem como objetivo apresentar o conceito que estamos nos propondo a investigar. Nesse sentido, acreditamos ser pertinente começar apresentando a intelectual que é Collins, combinando fragmentos da sua trajetória com a evolução do seu pensamento teórico. Vale ressaltar que os conceitos encontrados no pensamento da socióloga se articulam profundamente com a sua vivência. O conceito de *autodefinição*, por exemplo, subsidiou a forma com que escolhemos realizar essa apresentação, centralizando a escrita através da própria autora. Outro conceito importante foi o de *outsider within*, que se demonstrou útil para compreendermos a sua trajetória profissional e acadêmica, permeada por suas próprias contradições e processos. Na segunda parte do capítulo, chegamos na interseccionalidade propriamente dita, explicitando as semelhanças e diferenças entre a compreensão de Collins e outros entendimentos acerca do mesmo conceito.

O objetivo do segundo capítulo, “Experiência histórica e interseccionalidade: relação entre sujeito e estrutura na história”, é investigar as aproximações com a historiografia a partir da experiência. Nessa parte do trabalho nos referenciamos na escrita da história proposta por Thompson. Articulamos a interseccionalidade com uma revisão bibliográfica sobre o conceito de experiência, aprofundando suas relações a partir do exercício de analisar a relação entre sujeito e estrutura no processo histórico. Os conceitos de *identidade e política identitária* são articulados aqui para descrever essa relação.

Por fim, no terceiro capítulo “‘Repensando o ativismo de mulheres negras’: a historicidade da interseccionalidade” procuramos situar a interseccionalidade historicamente, compreendendo-a como parte do ativismo e da intelectualidade de mulheres negras ao longo da história. Articulamos a compreensão de Collins sobre essa relação com o conceito de classe em Thompson, que nos pareceu adequado para auxiliar na investigação sobre a construção de consciência e identidade de grupo entre as mulheres negras e como, dentro desse contexto, foram construídas as principais ideias da interseccionalidade.

Aqui é importante ressaltar que o pensamento de Collins sofreu transformações ao longo do tempo. Nas obras investigadas no capítulo um e dois, a autora utiliza o termo “*women of color*”, que se refere ao conjunto das mulheres racializadas nos Estados Unidos, para identificar a autoria da interseccionalidade. Porém, no livro “Pensamento feminista negro”, que subsidiou parte da escrita do capítulo três, Collins centra a análise no ativismo das mulheres negras enquanto sujeito. Por isso, no último capítulo buscamos focar especificamente nas mulheres negras enquanto categoria social de análise, dialogando com as conclusões de Collins.

2. Capítulo 1: Da luta pela autodefinição à teorização da *interseccionalidade*: apresentando Patricia Hill Collins através dela mesma

Para fins de desenvolvimento do trabalho, enxergamos a necessidade de apresentar o conceito de interseccionalidade como ele é compreendido na obra de Patricia Hill Collins. Para isso, é importante contextualizar o desenvolvimento do seu pensamento sociológico, que dedicou-se à investigação do pensamento feminista negro, evoluindo para o aprofundamento da teoria da interseccionalidade. Fazemos o exercício de articular essa pesquisa com a trajetória que a fez desembocar em uma compreensão que se tornou de extrema relevância nos estudos de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, começaremos apresentando brevemente a obra de Collins de forma articulada com a sua vida profissional, para posteriormente abordar a sua conceituação própria da interseccionalidade. Realizamos isso articulando as suas obras “Interseccionalidade” (em conjunto com Sirma Bilge) (2016)¹ e “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” (2019)², com a sua biografia. Os dois prefácios da autora que constam na edição brasileira de “Pensamento Feminista Negro” (2019) constituíram uma fonte em que pudemos encontrar fragmentos da percepção de Collins sobre a sua própria trajetória, complementando-a com as referências bibliográficas.

2.1 A escrita de Collins articulada com sua vivência

Apresentar Patricia Hill Collins é uma tarefa extremamente complexa. Por um lado, a riqueza teórica de sua obra e seus, no momento da escrita desse trabalho, 74 anos de vida, não cabem nas poucas linhas de uma monografia. Por outro, a metodologia proposta pela autora ao falar e escrever sobre mulheres como ela, nos exige uma sensibilidade particular: a defesa intransigente da *autodefinição*. Para ela, o ato de mulheres racializadas³ apresentarem-se pela sua própria voz é uma forma de resistência epistemológica e social, visto que elas

¹ Aqui colocamos a data original de publicação em Inglês. As obras “Interseccionalidade” e “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” foram traduzidas para o português, respectivamente, nos anos de 2021 e 2022, pela editora Boitempo.

² Ver nota 1.

³ Utilizaremos “mulheres racializadas” como uma forma de contemplar as diferentes identidades raciais representadas pelo termo em inglês “women of color”. Sua tradução literal, “mulheres de cor”, carece de maiores significados historiográficos em português. O objetivo de usar esse termo e não “mulheres negras” é abarcar a solidariedade racial entre mulheres de diferentes etnias, como latinas, asiáticas, chicanas e indígenas, coalizão que foi responsável pelo amadurecimento dos conceitos trabalhados aqui.

frequentemente são vistas como objeto de estudo, definidas por terceiros com base em estereótipos. Por respeito à sua obra e pessoa, buscamos aqui apresentar Collins parcialmente, traçando o capítulo a partir dela mesma, buscando referências em seus escritos e em intelectuais mais jovens que investigaram rigorosamente o seu legado.

A importância da autodefinição na obra de Collins se justifica compreendendo que a objetificação das mulheres racializadas como o outro da sociedade produz imagens de controle⁴ que buscam fixar a identidade dessas mulheres em papéis de subalternidade disseminados pela mídia, pela literatura e por meios culturais. Aparentemente positivos ou negativos, esses estereótipos podem ser igualmente problemáticos, pois visam cercear a independência dessas mulheres. A afirmação da própria identidade por meio da *autodefinição* é uma das formas que mulheres racializadas possuem para resistir a essas imagens de controle. Para além de uma ferramenta de empoderamento individual, Collins propõe em sua metodologia teórica a valorização das experiências vividas como parte da produção de conhecimento. Ela referencia não só intelectuais, mas mulheres comuns que criaram ferramentas de resistência em seu cotidiano. A experiência de pessoas racializadas e similarmente oprimidas, seja na luta cotidiana pela sobrevivência, seja a partir do ativismo social, tem valor na sua obra. Seguindo esse raciocínio, as ideias apresentadas aqui serão uma articulação contínua entre a vivência de Collins e sua produção teórica.

Filha da secretária Eunice Randolph Hill e do operário veterano da segunda guerra mundial Albert Hill, Collins descreve a relação com a sua família de maneira positiva e afetuosa. No prefácio à edição brasileira de “Pensamento feminista negro”, ela diz: “escrevi esse livro por um motivo simples: queria escrever um livro que minha mãe pudesse ter lido” (COLLINS, 2019, p. 12). Nas linhas subsequentes, afirma a vontade de honrar o legado de sua figura materna com seus escritos, ajudando a construir uma perspectiva de vida para si própria e outras meninas negras. Em outro prefácio do mesmo livro, escrito em 1990, ela descreve a maneira com que ganhava reforços positivos de seus familiares durante a infância, constituindo sua autoestima:

⁴ “Imagens de controle” é um conceito presente no pensamento de Patricia Hill Collins e sistematizado no Brasil por Winnie Bueno. Essas imagens são mecanismos baseados em estereótipos sexistas e racistas que buscam restringir a autonomia de mulheres negras e são fundamentais para manter mulheres racializadas em espaços de subalternidade. Como exemplos dessas imagens, temos: a *welfare mother*, referindo-se às mulheres negras pobres beneficiárias de programas sociais, que mobiliza o estereótipo da preguiça; A *mammy* ou matriarca, mulher que se sacrifica individualmente em prol de um chefe ou uma instituição, taxada como inerentemente submissa; a jezebel ou *hoochie*, associada com o controle de sexualidade das mulheres negras, vista como aquela mulher insaciável, lasciva e sexualmente agressiva que deve ser dominada (BUENO, Winnie, 2020).

Quando eu tinha cinco anos, fui escolhida para representar a Primavera no desfile de minha pré-escola. Sentada em meu trono, conduzi orgulhosamente um cortejo de crianças caracterizadas como pássaros, flores e as outras estações, “menos importantes”. Estar rodeada de crianças como eu - filhos e filhas de trabalhadores: trabalhadoras domésticas, secretárias e operários de fábricas - afirmava quem eu era. Quando chegou minha vez, recitei minhas poucas falas com maestria, grande entusiasmo e energia. Adorava meu papel por ser a primavera, a estação da vida e da esperança. Todos os adultos me disseram que meu papel era fundamental e me parabenizaram por ter me saído tão bem. Aquelas palavras e aqueles abraços me fizeram sentir importante e que meus pensamentos, sentimentos e conquistas tinham valor. (COLLINS, 2019, p. 16)

Contar essa história é o ponto de partida de Collins para descrever a forma com que a experiência de educação formal, ao longo dos anos, produziu efeitos na sua autopercepção enquanto sujeito. Apesar do esforço de valorização das suas ações pela sua família na infância, a circulação em espaços escolares e acadêmicos nem sempre foi acolhedora para a socióloga. Falando sobre os adultos que a incentivaram enquanto criança, ela conta: “à medida que meu mundo se ampliou, aprendi que nem todos concordavam com eles” (COLLINS, 2019, p. 16).

Desde sua adolescência, aprendeu a conviver com a situação de ser a única nos espaços em que estava presente. Após o ensino médio, ela saiu da Filadélfia para adentrar a *Brandeis University*, em Massachusetts, concluindo seu bacharelado em 1969. Posteriormente fez mestrado em Harvard e retornou à sua instituição original para o doutorado em 1980. Em seus estudos, deu ênfase na área de sociologia do conhecimento, e em 2009 foi a primeira mulher negra eleita presidente da Associação Americana de Sociologia. A realidade de adentrar espaços onde anteriormente não havia nenhuma ou poucas pessoas negras pode estar relacionada com o contexto histórico onde viveu Collins, de efervescência da mobilização negra contra a segregação racial e pelos direitos civis. A Lei dos Direitos Civis, conquistada pelo movimento social norte-americano em 1964, é aprovada 5 anos antes da sua entrada na universidade. Sendo assim, durante sua vida Collins viu a posição dos afro-americanos se transformar, assistindo crescer a influência de lideranças como Luther King⁵, assassinado em 1968, Malcolm X⁶, morto em 1965 e o Partido dos

⁵ Martin Luther King nasceu em Atlanta, Geórgia, em 1929. Foi uma liderança ativista do movimento pelos direitos civis norte-americano, tendo organizado diversas campanhas e mobilizações contra a segregação racial e sendo uma das lideranças negras mais conhecidas no mundo. Foi assassinado em Memphis, Tennessee, no dia 4 de abril de 1968.

⁶ Malcom X nasceu em North Omaha, Nebraska, foi uma liderança do movimento negro estadunidense. Foi condenado à prisão por roubo e, durante a sua experiência no cárcere, tornou-se um estudioso sobre o islamismo e as questões raciais. Quando foi solto, em 1952, tornou-se uma liderança da Nação do Islã, organização que posteriormente rompeu e fundou a Afro-American Unity. Foi assassinado durante um discurso no Harlem, com 13 tiros, em 1965.

Panteras Negras⁷, fundado em 66. Sendo ela uma mulher negra filha de trabalhadores, sua perspectiva individual de vida acompanhou os avanços coletivos da população negra no país.

Não ironicamente, o título de pioneirismo e excepcionalidade individual nunca agradou Collins, sendo esse incômodo diversas vezes referenciado na produção acadêmica. No mesmo prefácio de seu primeiro livro, escrito em 1990, ela critica o ato de “canonizar umas poucas mulheres negras como porta-vozes do grupo e recusar-se a ouvir qualquer outra que não essas eleitas” (COLLINS, 2019, p. 17). Seu interesse não reside em ser “a única” ou “a primeira”, e sim contribuir para uma epistemologia que reconheça as experiências coletivas e as distintas individualidades de mulheres negras acadêmicas. No seu entendimento, ser taxada como excepcional poderia ser também uma ferramenta de desumanização diante de sua trajetória profissional.

Em 1986, Collins publica o seu artigo “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, no periódico *Social Problems*⁸. Sua escrita percorre questões centrais do pensamento feminista negro, mas também discorre sobre sua própria condição como *outsider within*⁹ na academia. Essa posição se caracteriza pela contradição, visto que refere a pessoas oriundas de situações de desigualdade que adentram espaços de poder, de forma a transitar por essas duas localizações (BUENO, 2020). Mulheres racializadas se encontrariam nessa contradição por não serem consideradas o sujeito universal de produção de conhecimento. Mesmo sendo uma posição de subalternidade, Collins enfatiza como o *status* de *outsider within* influencia a produção acadêmica de forma a ser um estímulo para a criatividade (COLLINS, 2016). A vivência particular de mulheres racializadas poderia trazer pontos de vista únicos para a produção sociológica.

Ela afirma isso através da “epistemologia do ponto de vista”, campo amplamente trabalhado em estudos recentes, mas ainda não tão explorado naquela época. Esse conceito reconhece que “todo conhecimento é criado e proferido de uma localização social particular em que cada um de nós, como indivíduos, habitamos” (COLE, 2019, tradução minha)¹⁰. Para

⁷ O Partido dos Panteras Negras foi uma organização negra norte-americana, que surgiu como uma forma de autodefesa armada à violência policial em Oakland, Califórnia, evoluindo para uma corrente de projeto revolucionário e com forte atuação sobre a massa negra estadunidense com programas de assistência e politização. Organizavam cursos de formação política, escolas primárias, clínicas médicas, programas de café da manhã para as crianças, entre outros. Foram sistematicamente perseguidos pelas forças repressivas norte-americanas e muitas de suas lideranças continuam presas no país. O Partido finalizou suas atividades em 1982.

⁸ Periódico de sociologia vinculado à Oxford University.

⁹ Trabalhos recentes, como de Claudia Pons Cardoso (2014) traduzem esse conceito como “forasteira de dentro”, porém a maioria dos textos traduzidos que tive acesso mantém a grafia em inglês.

¹⁰ Texto original: “all knowledge is created and proffered from the particular social locations that each of us, as individuals, inhabits”.

Collins, a posição social de mulheres racializadas, estando entre a opressão racial, sexual e de classe, pode fazer com que elas sejam agentes importantes do conhecimento, introduzindo elementos que ainda não foram pensados pela produção de outros grupos sociais. Mulheres racializadas estariam mais propensas a identificar falhas e lacunas na escrita acadêmica quando houvesse invisibilização dos diversos aspectos que atravessam suas vidas. Sobre esse tópico, ela disserta:

Ao reivindicar a autoridade da experiência, a epistemologia do ponto de vista defende a integridade de indivíduos e grupos na interpretação de suas próprias experiências. A epistemologia do ponto de vista postula que as experiências e a ação social criativa fornecem ângulos de visão distintos sobre o racismo, o heteropatriarcado e as relações de classe capitalistas para pessoas que são diferencialmente privilegiadas e penalizadas dentro de tais sistemas. (COLLINS, 2022, p. 195)

A ferramenta da epistemologia do ponto de vista está a serviço aqui de um objetivo muito nítido na obra de Collins: colocar a experiência e a produção teórica de mulheres racializadas no centro de sua análise. “Aprendendo com a *outsider within*” pavimentou o caminho para o seu primeiro livro, intitulado “Pensamento Feminista Negro”, publicado em 1990 e traduzido para o português cerca de 30 anos depois. Mais uma vez, Collins afirma que mulheres racializadas estão posicionadas de maneira única, devido a sua raça e gênero, para produzir conhecimento para a justiça social (COLE, 2019). A tradução tardia dessa obra para consumo no Brasil é um sintoma da invisibilização que o livro sofreu. Foi graças ao compartilhamento dos seus leitores que essa situação foi revertida, mesmo que com atraso (BUENO, 2020).

O ingresso de Patricia Hill Collins no Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Cincinnati, instituição em que permaneceu por mais de 20 anos, foi importante para a produção da obra “Pensamento Feminista Negro”. É o que afirma Winnie Bueno¹¹ (2020), compreendendo o livro como parte da jornada da professora para reencontrar a própria voz. Collins reconhece essa jornada subjetiva no segundo prefácio do cânone, mas compreendendo que suas experiências não são meramente individuais, e sim uma reflexão das lutas coletivas (COLLINS, 2019). É dessa maneira que ela entende a relação dialética entre as experiências particulares de mulheres racializadas e a constituição de uma tradição de pensamento que incorpora trajetórias e epistemologias distintas, mas possui elementos

¹¹ Winnie de Campos Bueno é Iyalorixá, escritora, pesquisadora e ativista. É bacharel em Direito pela UFPEL/RS, mestra pela UniSinos/RS e doutoranda pela UFRGS. Discute relações raciais, de gênero, direitos humanos e pensamento feminista negro. Dedicou sua dissertação para analisar o pensamento de Patricia Hill Collins.

comuns. Esses elementos são produzidos por uma localização social desprivilegiada socialmente, mas privilegiada no sentido da capacidade de enxergar os atravessamentos de múltiplos fatores de dominação.

Sobre o desenvolvimento do pensamento de Collins, muito além de “O Pensamento Feminista Negro”, Bueno afirma:

Patricia Hill Collins é uma teórica que apresenta um contínuo de pensamento dinâmico. Percebo que suas primeiras contribuições teóricas são marcadas por uma defesa da experiência de mulheres negras como uma possibilidade teórico crítica e metodológica para a sociologia do conhecimento. Em um segundo momento, a autora passa a investigar, com maior afinco, as estratégias políticas e ativistas institucionais de mulheres negras para a persecução da justiça social, estando bastante imersa nessas discussões até o presente momento. Outra dimensão importante do trabalho teórico de Patricia Hill Collins está na sua persistência em demonstrar como o conhecimento é uma ferramenta importante de empoderamento a qual é fornecida pelo ativismo intelectual de mulheres negras. Por fim, o compromisso de Patricia Hill Collins em demonstrar que a interseccionalidade é uma teoria crítica capaz de provocar mudanças sociais é uma marca distintiva de seu pensamento (BUENO, 2020, p. 39).

O pensamento de Collins se complementa e complexifica a cada escrito, porém mantendo suas principais marcas teóricas. Situando-se na área de sociologia do conhecimento, a autora expressa sua convicção em relação à forma que o conhecimento é produzido, contextualizando-o em meio a relações de poder. A partir disso ela afirma a importância de formas de sabedoria não enquadradas pelas instituições formais, sobretudo dos sujeitos subalternizados, invertendo a lógica de distanciamento entre os intelectuais e suas relações sociais cotidianas. As experiências individuais são um importante ponto de partida para a produção de conhecimento, invertendo a lógica de legitimação do conhecimento reproduzida pelas universidades.

Uma temática importante nas abordagens da socióloga foi a defesa de uma educação crítica, vinculada a sua experiência como educadora de ensino médio na escola comunitária St Joseph’s School. Lá, Collins se envolveu nas discussões relativas a pedagogia crítica e transformações nos currículos escolares. Ela reconhece que sua experiência lecionando para jovens aguçou seu instinto de justiça social e o casamento entre uma experiência enquanto pesquisadora e professora, reivindicando *a pedagogia do oprimido* de Paulo Freire como um texto fundamental para a interseccionalidade. Freire, ao utilizar a categoria “oprimidos” e não apenas “trabalhadores”, não centra sua análise das relações de poder apenas na classe (COLLINS; BILGE, 2021).

Com o desenvolver de seu pensamento teórico, Collins começa a desenvolver uma perspectiva própria do conceito de interseccionalidade através de seus estudos da sociologia do conhecimento. Ao escrever um artigo dedicado à biografia da socióloga, Nicki Lisa Cole¹² afirma que Collins é a autora contemporânea que mais se propõe a condensar teoricamente o conceito com profundidade. É sobre essa perspectiva que iremos dedicar a segunda parte do capítulo, buscando evidenciar suas diferenças e semelhanças com outras concepções da interseccionalidade.

2.2: Definindo a interseccionalidade

Duas obras de Collins traduzidas recentemente para o Brasil se dedicam a aprofundar o conceito de interseccionalidade. A primeira é um ensaio em conjunto com Sirma Bilge¹³, intitulado “Interseccionalidade” (2021) e a segunda é chamada de “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” (2022). Esses trabalhos compõem uma fase mais recente do pensamento de Collins, onde ela se dedica a destrinchar o tema, buscando caminhar em direção à sua consolidação enquanto teoria social crítica. Essa opção temática foi uma consequência da própria dinâmica do seu pensamento, considerando que a ferramenta interseccional sempre foi utilizada pela socióloga nos estudos sobre o pensamento feminista negro e a sociologia do conhecimento.

Em “Aprendendo com a *outsider within*” (2016), a natureza interligada das categorias de opressão aparece como um tema recorrente do trabalho de feministas negras, variando o peso dado a cada uma delas. Collins reivindica Barbara Smith¹⁴ para reafirmar que o conceito de simultaneidade de opressão, ou seja, compreender que atravessamentos de gênero, raça, classe e outras categorias podem ocorrer ao mesmo tempo, é o um dos centros do pensamento feminista negro (SMITH, 1983 apud COLLINS, 2016). Esse fato, para Collins, é uma consequência da vivência de mulheres racializadas, que não tem como separar os diferentes aspectos que moldam suas vidas cotidianas. O pensamento de mulheres racializadas compreende uma “abordagem mais holística” (COLLINS, 2016, p. 108) dos sistemas de dominação.

¹² Nicki Lisa Cole é socióloga formada pela Universidade da Califórnia, estudiosa das temáticas raciais, de gênero e sexualidade, economia e trabalho e questões ambientais.

¹³ Sirma Bilge é professora do departamento de Sociologia da universidade de Montréal e pesquisadora na área de gênero, sexualidade, racismo, nacionalismo, relações étnicas, abordagens pós-coloniais e descoloniais.

¹⁴ Barbara Smith é uma ativista feminista e socialista estadunidense, acadêmica formada na Mount Holyoke College e ex-integrante do Coletivo Combahee River.

O ponto de partida para a sistematização do conceito de Interseccionalidade em Patricia Hill Collins é compreender que ela identifica essas mulheres racializadas como expoentes da tradição de pensamento que depois se chamará de interseccional, mesmo que essas intelectuais não tenham reivindicado o conceito propriamente dito. Isso ocorre porque até a década de 90, a interseccionalidade enquanto ferramenta, conceito ou teoria não havia aparecido em trabalhos acadêmicos. Muitos intelectuais atribuem sua cunhagem à advogada e professora universitária Kimberlé Crenshaw¹⁵, que utilizou-o pela primeira vez durante esse período. Seus escritos ainda hoje são essenciais para a compreensão discutida por Collins no que se refere à interseccionalidade como teoria social crítica.

Crenshaw em *“Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color”* (publicado em 1991) e *“Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”* (publicado em 1989), discute a formalidade com que são tratadas as categorias de gênero e raça quando se trata de abordar a discriminação sofrida por mulheres negras. Crenshaw identifica uma “estrutura de eixo único” (CRENSHAW, 1989, p. 139, tradução minha)¹⁶ nas análises do pensamento hegemônico, que prejudica não só a inclusão social de mulheres negras, mas ainda torna mais difícil acabar com o machismo e o patriarcado (CRENSHAW, 1989).

Segundo a advogada, a forma com que são tratadas as discriminações de raça e gênero, sem considerar a intersecção entre elas, toma como centro a experiência dos grupos privilegiados dentro das categorias de opressão. Ou seja, os sujeitos que vivenciam o atravessamento de apenas uma dessas categorias são considerados como universais dentro dos estudos que se propõe a compreendê-las. Quando se fala da opressão sexista, o universal está nas experiências de mulheres brancas, assim como quando o assunto é racismo, o ponto de partida é a referência dos homens negros. Sendo assim, quando se lança mão das categorias de raça e gênero, em nenhum momento é tratada a discriminação contra as mulheres negras.

O escopo da lei antidiscriminatória é tão limitado que a discriminação de gênero e raça tem sido definido nos termos das experiências daqueles que são privilegiados pelas suas características sexuais ou raciais. Colocando de outra maneira, o paradigma da discriminação de gênero tende a ser baseado nas experiências de mulheres brancas; o modelo da discriminação racial tende a ser baseado nas experiências dos negros mais privilegiados. A noção do que constitui a discriminação racial e de gênero é, como resultado, feita sob medida para abarcar apenas um pequeno conjunto de circunstâncias, das quais nenhuma inclui a

¹⁵ Kimberlé Williams Crenshaw é uma professora na UCLA e Columbia Law School, estudiosa das relações de gênero e raça e defensora dos direitos civis norte-americana.

¹⁶ Termo original: “single-axis framework”.

discriminação contra mulheres negras (CRENSHAW, 1989, p. 151, tradução minha)¹⁷

A autora aplica a proposta da interseccionalidade no contexto da violência contra as mulheres racializadas, analisando processos legais de discriminação contra mulheres negras e a resposta judicial (CRENSHAW, 1981). Em “*Desmarginilizing the interseccion of race and sex*”, ela usa como exemplo um processo contra a empresa General Motors, que foi acusada de discriminação contra mulheres negras no seu quadro de contratações de funcionários. Nesse caso, Crenshaw expõe como a invisibilização de experiências específicas de mulheres negras dificultou o processo, considerando que a discriminação não era sofrida por todas as mulheres nem todas as pessoas negras, e sim pelas quais o atravessamento de raça e gênero acontece simultaneamente. Esse fato fez com que as noções pré-estabelecidas de discriminação presentes na mentalidade dos juristas fosse insuficiente para lidar com a situação particular de mulheres racializadas.

Apesar de valorizar profundamente a contribuição de Crenshaw, Collins refuta a narrativa de pioneirismo atribuída a ela no que se refere ao conceito de interseccionalidade. Para ela, esse discurso de autoria não condiz com o processo que constituiu a ferramenta enquanto tradição de pensamento de sujeitos subalternizados em distintos contextos. A narrativa do pioneirismo exclui os movimentos sociais como agentes do conhecimento acumulado sobre relações de gênero, raça e classe.

É possível enxergar, na obra de Collins e Bilge, uma visão negativa sobre essa narrativa e os efeitos causados por ela, compreendendo os riscos de visualizar a interseccionalidade como criação de um indivíduo específico. Para elas, enxergar uma história que começa apenas no final da década de 80 é apagar o período imediatamente anterior a este, um contexto de ascenso dos movimentos sociais que refletiram sobre colonialismo, racismo, sexismo, militarismo e exploração capitalista nos Estados Unidos (COLLINS; BILGE, 2021). Em oposição a essa narrativa, Collins e Bilge remontam a trajetória da interseccionalidade de forma a confundir-se com a história do movimento pelos direitos civis, terreno onde floresceu o pensamento de diferentes mulheres racializadas no território norte-americano.

¹⁷ Texto original: “Because the scope of antidiscrimination law is so limited, sex and race discrimination have come to be defined in terms of the experiences of those who are privileged but for their racial or sexual characteristics. Put differently, the paradigm of sex discrimination tends to be based on the experiences of white women; the model of race discrimination tends to be based on the experiences of the most privileged Blacks. Notions of what constitutes race and sex discrimination are, as a result, narrowly tailored to embrace only a small set of circumstances, none of which include discrimination against Black women.”

Durante a década de 1970, as afro-americanas expressaram suas ideias em panfletos políticos, poesias, ensaios, coletâneas, arte e outras formas criativas dentro dos movimentos sociais e se envolveram em iniciativas comunitárias locais, desenvolvendo, ao longo do tempo, sensibilidades interseccionais. Como as afro-americanas não apenas participaram, mas também assumiram posições de liderança dentro do movimento Black Power e pelos direitos civis, viram a importância de testar as ideias em contextos políticos. [...] As ideias centrais da interseccionalidade apareceram em vários textos fundamentais do feminismo negro.” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 91)

Um exemplo dessa concepção aparece na dissertação de Raquel Barreto¹⁸ (2005), dedicada a analisar a vida e obra de duas intelectuais e ativistas que vivenciaram a efervescência do feminismo negro - separadas geograficamente - durante essa mesma época. Comparando escritos de Lélia González¹⁹ e Angela Davis²⁰, ambas na academia antes de 1989, Barreto encontra na interseccionalidade uma forma de definir as semelhanças entre elas e outras mulheres negras intelectuais e ativistas. Ao analisar historicamente a localização da categoria gênero, nas duas autoras, é atravessada a combinação com a categoria de raça, como uma afirmação política, mas também uma consequência da sua própria investigação. Esse entendimento posiciona González e Davis, hoje, como parte do campo de estudos interseccionais, mesmo que elas mesmas não tenham o referenciado.

Destaco duas ideias centrais na narrativa de Collins sobre a interseccionalidade que a diferencia de outros discursos possíveis. A primeira é que a abordagem interseccional no campo das ciências humanas não iniciou “a partir do momento que foi nomeada” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 90) por Crenshaw. Kimberlé foi uma das mulheres racializadas que adentrou esse campo de estudos e contribuiu especialmente em termos de renomeá-lo, mas sua argumentação ocorreu sob uma base já sedimentada por mulheres intelectuais ativistas do

¹⁸ Raquel Barreto é graduada em história pela UFF, mestra pela PUC/Rio e doutoranda também na UFF. Especialista nas autoras Angela Y. Davis e Lélia González e pesquisadora da história do Partido dos Panteras Negras.

¹⁹ Lélia Gonzalez foi uma intelectual, professora, filósofa, antropóloga e ativista com grande relevância no cenário brasileiro. Foi fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), por onde se candidatou como deputada estadual pelo estado do Rio de Janeiro.

²⁰ Angela Davis é ativista, professora e filósofa estadunidense. Foi militante do Partido Comunista e participou do Partido dos Panteras Negras. É autora de contribuições extremamente relevantes para os estudos de gênero, raça e classe, como o livro “Mulheres, Raça e Classe”, traduzido para o Brasil em 2016.

período anterior. Toni Bambara²¹ Frances Beal²², Audre Lorde²³ e Gloria Anzaldúa²⁴ são algumas dessas mulheres que já desenvolviam conhecimento a partir de suas sensibilidades interseccionais, mesmo utilizando outro vocabulário. Com a citação de Anzaldúa destaca-se aqui a contribuição de mulheres indígenas, *chicanas*²⁵ e latinas para o surgimento da interseccionalidade. Collins e Bilge destacam a participação dessas mulheres em conjunto com as afro-americanas, constituindo uma aliança entre mulheres racializadas no contexto estadunidense.

A segunda é que a interseccionalidade é um conceito sistematizado através de uma tradição de ativismo-produção de conhecimento de mulheres racializadas, não apenas de trabalhos acadêmicos. Compreendê-la dessa forma é importante para não a confundirmos com apenas mais um campo de estudos restrito ao ambiente da academia (COLLINS; BILGE, 2021). As formulações com base na interseccionalidade foram levadas para dentro da academia após décadas de acúmulo e diálogo entre movimentos sociais e ativistas. Collins e Bilge situam historicamente a passagem do debate interseccional para dentro do meio acadêmico, compreendendo-o a partir das décadas de 1980 e 1990, momento pós-ascensão social em que ocorre o fenômeno de incorporação institucional do ativismo norte-americano. Entre essas instituições estavam inseridas as universidades em que as mulheres racializadas adentraram e passaram, assim, a produzir conhecimento a partir das suas experiências (COLLINS; BILGE, 2021).

Entre as mulheres que contribuíram para o campo desde uma posição externa às instituições formais, destaca-se o Coletivo Combahee River (CRC), formado por mulheres negras LGBTQIA+²⁶, que emitiu a “Declaração Feminista Negra” em 1977. O CRC foi um

²¹ Toni Cade Bambara foi ativista pelos direitos civis, escritora, professora e cineasta. Ela foi formada em teatro e autora de contribuições teóricas para o pensamento feminista negro, como “*The Black Women (1970) and Tales and Stories for Black Folks (1971)*”.

²² Frances M. Beal é feminista negra e ativista. Foi integrante do National Association for the Advancement of Colored People e é autora de “*Double Jeopardy: To Be Black and Female*”, obra clássica do pensamento feminista negro estadunidense.

²³ Audre Geraldine Lorde foi uma escritora e ativista estadunidense. Viveu em Berlim durante 8 anos auxiliando na auto-organização de mulheres afro-germânicas. É autora de diversos livros, como “*Irmã Outsider*”, publicado no Brasil em 2019.

²⁴ Gloria Evangelina Anzaldúa foi uma intelectual *chicana* estudiosa das relações raciais, de gênero e pioneira da teoria queer. Seu principal trabalho é o livro autobiográfico *Borderlands/La Frontera*. Recomendo o trabalho de conclusão de curso Carolina Gerllach Llanes: “*Borderlands/La Frontera: uma análise da escrita da história através do pensamento feminista decolonial de Gloria Anzaldúa*”, 2022.

²⁵ Chicano é o termo designado para referir-se a cidadãos estadunidenses de origem mexicana. O pensamento e ativismo das mulheres chicanas ficou conhecido como “feminismo chicano”. Para maior aprofundamento recomendo a leitura de *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*, de autoria da feminista chicana Gloria Anzaldúa.

²⁶ Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuais e outras identidades que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

coletivo dissidente de outra organização de mulheres negras denominada NBFO, ou Organização Nacional Feminista Negra, em português. O motivo principal dessa dissidência foi a ausência de uma análise coerente da forma com que a sexualidade influenciava a opressão das mulheres negras na sociedade estadunidense.

Na escrita do Coletivo Combahee podemos visualizar uma maneira interligada de visualizar as categorias raça, gênero, classe e sexualidade dentro de uma perspectiva de viés socialista. As mulheres do coletivo enxergavam que não seria possível realizar a emancipação política e social proposta pelo marxismo sem que fosse levada em consideração suas identidades enquanto mulheres negras LGBTQIA+. Esse é um exemplo de uso da ferramenta interseccional muito antes da sua “descoberta” por muitos acadêmicos. Ao focar sua análise não em uma, mas em múltiplas posições de desigualdade social produzidas pelo sistema de poder, elas invocam a interseccionalidade em sua essência, que está justamente no reconhecimento da interligação.

Para Collins e Bilge, o significado do CRC é relevante também quando falamos sobre política identitária. O grupo é o primeiro a apresentar esse conceito como ferramenta de luta social (COLLINS; BILGE, 2021). As mulheres do coletivo traziam suas identidades ao centro para evidenciar a natureza multidimensional da sua opressão e combater narrativas fragmentadas sobre raça, gênero, classe e sexualidade. Com política identitária elas não se referem à uma luta de cunho individual, e sim a afirmação política de uma coletividade localizada estruturalmente na encruzilhada de diversas relações de poder. Com essa afirmação, o CRC armava as mulheres negras estadunidenses com as ferramentas para resistir a essas relações.

Essa ênfase em nossa própria opressão está incorporada no conceito de política identitária. Ao invés de trabalharmos para acabar com a opressão de outras pessoas, acreditamos que a política mais profunda e potencialmente radical vem diretamente de nossa própria identidade. Esse é um conceito particularmente repugnante, perigoso, ameaçador e, portanto, revolucionário no caso das mulheres negras, porque é escancarado, ao olharmos para todos os movimentos políticos que nos precederam, que qualquer um é mais merecedor de liberação do que nós. Nós rejeitamos pedestais, reinados e caminhar dez passos atrás. Sermos reconhecidas como humanas, horizontalmente, é suficiente. (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE; PEREIRA; GOMES, 2019, p. 200).

A identidade e suas consequências políticas também são centrais para a investigação do pensamento de Collins, um dos conceitos mais presentes na crítica da teoria interseccional. Não é incomum a produção de alguns intelectuais marxistas ou pós-estruturalistas acionar o entendimento de que a suposta falha da interseccionalidade

consiste em dar mais ênfase nas identidades individuais do que deveria. Collins e Bilge analisam o conteúdo dessas críticas, afirmando a limitação reducionista de muitas delas em entender a interseccionalidade resumida à uma teoria da identidade.

Divergência de natureza semelhante a essa está presente no trabalho de Danièle Kergoat²⁷, “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. Ela aponta que a interseccionalidade, referenciando principalmente “*Mapping the Margins*”, coloca as relações sociais de gênero e raça dentro de um sistema cartográfico que leva a naturalizar categorias analíticas (KERGOAT, 2010). Segundo ela, colocar muitas categorias em um plano horizontal invisibiliza as relações sociais estruturais de fato existentes por trás delas. Kergoat afirma que a interseccionalidade faz um uso irrefletido de múltiplas categorias de análise, como se fossem uma receita. A defesa da autora é um enfoque maior em relações sociais “consubstanciais”²⁸ e não na intersecção entre categorias.

Mesmo sem citar diretamente, no livro mais recentemente traduzido de Collins encontramos diálogo com essa crítica. Nele, o conceito de interseccionalidade se apresenta de maneira muito mais profunda do que uma simples adição de categorias com o intuito de promover a inclusão de mais pontos de vista. Para a socióloga, raça, classe e gênero, mesmo que impossíveis de serem hierarquizados, são elementos distintos da realidade que “devem ser investigados de maneira empírica, e não simplesmente presumidas por convivência heurística” (COLLINS, 2022, p. 64). É nítida a preocupação de Collins com a incorporação indiscriminada de categorias postas em conjunto sem maiores reflexões, algo que ocorre diversas vezes em nome da interseccionalidade.

Entender a interseccionalidade como uma categorização geométrica de opressões ou como uma teoria da identidade é uma consequência do equívoco de análise citado anteriormente. Intelectuais estudiosas do gênero muitas vezes compreendem a ferramenta interseccional dessa forma por limitar seu entendimento como uma invenção acadêmica de Crenshaw. Sob essa ótica, é ignorada a tradição político-intelectual de mulheres racializadas que possibilitou o acúmulo para posteriormente nomeá-la. Essa tradição englobou análises que mergulharam profundamente no conteúdo das relações sociais estruturais para justificar sua interconexão. A efetividade da interseccionalidade em fomentar análises pautadas na identidade não permite reduzi-la; em oposição a isso, devemos entender como um dos seus

²⁷ Danièle Kergoat é uma socióloga francesa estudiosa das relações de gênero, trabalho e movimentos sociais.

²⁸ O conceito de “consubstancialidade” é proposto por Danièle Kergoat para descrever a articulação de classe e gênero através de visões “não mecânicas”. Ver: HIRATA, Helena: Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, v. 26, p. 61-73, 2014.

usos possíveis. Para Collins, a identidade é um dos tópicos onde a interseccionalidade é utilizada comumente com função heurística²⁹.

A heurística é uma das formas de utilizar a ferramenta interseccional: como um instrumento para resolver problemas concretos de investigação. Essa forma consiste em invocar a interseccionalidade sob a concretude de situações específicas, buscando entender como elas se transformam a partir dela. Um exemplo dado por Collins é a sociologia do trabalho, que utilizou a referência interseccional para mudar o olhar sobre o seu próprio objeto de estudo. Ao compreender as distintas formas de experienciar categorias sociais, o conceito de trabalho amplia-se para além do homem branco assalariado e passa a incorporar outras vivências, como a de trabalhadoras domésticas negras, por exemplo (COLLINS, 2022).

Outro uso comum do conceito é a interseccionalidade como metáfora. Dessa forma, ela serve para facilitar a compreensão do que está sendo trabalhado, fornecendo um atalho para ilustrar o que está sendo discutido na forma teórica. A socióloga utiliza dois exemplos como base para exemplificar o uso das metáforas na discussão de gênero e raça: os artigos de Kimberlé Crenshaw e a produção teórica de Gloria Anzaldúa. Crenshaw, ao sistematizar pela primeira vez o conceito de interseccionalidade, busca evidenciá-lo como uma forma de simbolizar o que estava querendo dizer, argumentando sobre a existência de intersecções entre raça e gênero onde estariam localizadas as mulheres negras. Já Gloria Anzaldúa utiliza a metáfora da fronteira para se referir a espaços híbridos, onde as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade nunca existiram de forma separada. No espaço de fronteira, a mistura é o ponto de partida, não um mero encontro ocorrido por acaso (COLLINS, 2022).

Tanto a heurística como a metáfora, para Collins, têm valor na teorização interseccional, mas não são suficientes para constituí-la em si (COLLINS, 2022). Ela propõe uma terceira visão, que chama de *paradigma*. Um paradigma não é mero ajuste da suposta normalidade como a heurística, nem apenas uma simbologia como a metáfora. Na interseccionalidade como paradigma, raça, classe, gênero, sexualidade e etnia passam a ser pensados a partir de suas intersecções e não teorizados de maneira distinta para posteriormente serem colocados em conexão. Tratar a interseccionalidade como uma mudança paradigmática tem potencial de aprofundar o seu significado, tornando-a mais complexa e menos passível de ser adotada indiscriminadamente (COLLINS, 2022).

²⁹ Heurísticas são técnicas para resolução de problemas baseadas em experiências cotidianas para formular estratégias de ação (COLLINS, 2022, p. 54).

Adotar a ideia de paradigma nos traz a outra marca incontornável do pensamento de Collins: a noção de justiça social. É perigoso, para ela, presumir que a interseccionalidade é uma teoria inerentemente conectada a um projeto de justiça. A ferramenta interseccional e seu conteúdo podem ser utilizados de diferentes formas, nem todas necessariamente conectadas a uma perspectiva de superação da desigualdade. Principalmente com a mudança para ambientes acadêmicos, a justiça social passou a ser objeto de questionamento: supostamente, o compromisso com ela comprometeria a objetividade da investigação teórica, por sua ligação com projetos políticos (COLLINS, 2022). Com isso, acadêmicos distanciam a interseccionalidade da sua origem junto ao ativismo de mulheres racializadas nos Estados Unidos, com a pretensão de universalizar o conceito e retirá-lo de um contexto particular. Para Collins, esse caminho pode até ser mais fácil em termos acadêmicos, mas “pode minar a integridade da investigação crítica da interseccionalidade” (COLLINS, 2022, p. 375). Justiça social, para Collins, deve ser um construto central da interseccionalidade, mas não se pode dar como certa que ela sempre será assim. Ligar o pensamento interseccional com a busca por justiça é um compromisso ético daqueles que o produzem.

Neste capítulo, destacamos, em diálogo com o centro da pesquisa aqui desenvolvida, as principais contribuições teóricas de Collins, de maneira articulada com sua vivência, desembocando na produção intelectual sobre interseccionalidade. As noções de autodefinição, *outsider within*, epistemologia do ponto de vista, identidade, paradigma e justiça social foram trazidas para ilustrar a marca distintiva de seu pensamento. A interseccionalidade como compreendida pelas obras de Collins fundamenta os próximos passos desse trabalho, em que buscaremos aprofundar o conceito de experiência para a socióloga e sua possível ligação com a história.

3. Capítulo II: Experiência histórica e interseccionalidade: relação entre sujeito e estrutura na história

Como sequência a apresentação do conceito de interseccionalidade, neste capítulo objetivamos aprofundá-lo no que tange a escrita da história, de forma a explicitar o quanto o conceito de experiência alimentou a formulação das ideias da interseccionalidade presentes na obra de Patricia Hill Collins, mais especificamente “Interseccionalidade” (2016) e “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” (2019), assim como o artigo “Aprendendo com a *outsider within*” (1986)³⁰. A investigação dessas fontes difere do capítulo 1 no sentido de buscar especificamente as relações entre a Interseccionalidade e a experiência e a forma com que é articulada a relação entre sujeito e estrutura na narrativa sociológica de Collins, fundamentada no referencial teórico de E.P Thompson. Também articulamos aqui os conceitos de identidade e política identitária, por compreender sua utilidade para fins de sintetizar a visão de Collins sobre a experiência.

3.1 Experiência em Collins e E.P Thompson

A palavra experiência aparece com uma frequência importante na argumentação de Collins, assim como tem centralidade no conteúdo das suas elaborações. Nos parece útil investigar as suas aparições como uma ponte para a historiografia, visto que o conceito de *experiência* ou *experiência histórica* tem sido difundido com frequência como uma ferramenta de estudo dos diferentes sujeitos que compõem a história. Por mais que a autora não proponha, de maneira nítida, um novo conceito, e tampouco faça referência a alguma concepção já sistematizada sobre ele, parece buscar o seu significado sócio-histórico como uma forma de fundamentar sua análise. A experiência, seja abordada de maneira individual ou coletiva, não é conceituada diretamente na obra de Collins, mas permeia o conjunto dos conceitos cunhados e reivindicados por ela.

Para analisar a utilização do conceito proposta por Collins, vamos retomar uma das compreensões mais populares de experiência reivindicadas pelos historiadores. Um desses intelectuais mais referenciados na teoria da história, Edward Palmer Thompson³¹, elabora

³⁰ Ver nota 1.

³¹ Edward Palmer Thompson foi um historiador inglês, adepto da teoria marxista e militante do partido comunista britânico. É autor de “A Formação da Classe Operária Inglesa”, “Costumes em comum”, “A miséria da teoria e um planetário de erros”, entre outros. Protagonizou embates com o marxismo estruturalista e produziu uma concepção de classe que é considerada por muitos como uma mudança de paradigma na historiografia. Para saber mais sobre a sua ampla influência nos historiadores brasileiros ver BADARÓ, Marcelo. E. P Thompson no Brasil. Outubro, v. 14, n. 6, p. 81-110, 2006.

uma noção de experiência que é inserida na sua marcada visão sobre o conceito de classe, defendida como um sujeito que é ao mesmo tempo agente e resultado de processos históricos. Thompson nega o determinismo histórico e, ao invés disso, reconhece determinações que moldam a vivência dos sujeitos, mas não a resumem de maneira estática. Para ele, não basta compreender a localização estrutural da classe em termos estatísticos, é preciso refletir sua formação como processo em movimento (WOOD, 2003). O historiador enfatiza a agência da classe sobre a sua determinada realidade objetiva, não existindo apenas de maneira sujeitada a ela. Nesse sentido, a experiência histórica é o balizador da formação de classe enquanto tal, sendo o elemento mediador entre a consciência e a classe propriamente dita.

Dessa forma, é refutada a concepção de classe que pressupõe categorias estáticas, ou que se preocupa mais com a “localização estrutural” do que com a *formação* de classe (WOOD, 2003, p. 77). Para Ellen Wood³², Thompson se diferencia do marxismo estruturalista³³ por não opor estrutura e história, visualizando um processo que se inicia por determinações materiais, mas não se resume a elas. Sujeitos sociais experienciam determinações objetivas que advém de localizações na estrutura, porém, produzem sua própria formação de classes à mesma medida que são produzidos por ela. Visualizar a classe apenas como estrutura limitaria o seu potencial enquanto uma força motriz do movimento histórico (WOOD, 2003).

Sendo assim, o objeto de estudo dos historiadores não seriam as determinações objetivas entre si, os dados e as estatísticas que comprovam estratificações sociais ou lógicas estruturantes da sociedade, e sim analisar a dinâmica da própria experiência, essa que configura o movimento dos sujeitos ao longo da história (PUREZA, 2019). Fernando Pureza³⁴, em seu ensaio comparativo entre Angela Davis e Thompson, mediado pelo conceito de experiência histórica, propõe que não só a classe, mas também a raça e o gênero podem ser compreendidos na forma de processo e de relação, a partir das diferenças que constituem sentimentos de pertencimento enquanto categorias (PUREZA, 2019). Essas categorias não são vistas aqui apenas como formas de opressão ou subordinação, mas também como identidades coletivas que permitem agência histórica por meio da experiência das suas

³² Ellen Meiksins Wood foi uma cientista política e historiadora e marxista estadunidense. Foi professora da universidade de York, em Toronto e é autora de livros influentes na historiografia, como “A origem do Capitalismo”, de 2001.

³³ O “estruturalismo” ligado ao marxismo é associado ao filósofo Louis Althusser, cuja concepção de classe social, que prioriza as dimensões objetivas do modo de produção, é posta como antagônica à de Thompson, que foca no desenvolvimento histórico de processos a partir da experiência dos sujeitos.

³⁴ Fernando Cauduro Pureza é professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba e doutor em História pela UFRGS. Atualmente desenvolve pesquisas no campo da História do Trabalho e História do Oriente Contemporâneo.

condições enquanto sujeitos. A experiência não serviria apenas para descrever um aspecto da formação da classe, mas de sujeitos coletivos subalternizados de maneira geral. Vinícius Reis Furini³⁵ (2022) reforça essa ideia ao utilizar a experiência de maneira mais ampla do que apenas um instrumento utilizado para analisar as determinações de classe, ou mais especificamente a classe operária inglesa, objeto de pesquisa de Thompson.

Embora Thompson esteja preocupado com a classe operária inglesa, sua noção de experiência pode ser aplicada para analisar sujeitos, grupos e contextos diversos. Esse é o caso da apropriação feita pela historiografia brasileira sobre a obra de Thompson: não só a história social do trabalho, mas também os estudos preocupados com a escravidão e o pós-abolição foram influenciados pelo autor. Antonio Luigi Negro (2014) percebe que a obra de E.P. Thompson teve profundo impacto na historiografia brasileira entre as décadas de 1970 e 1990. (FURINI, 2022, p. 76)

Acompanhando as reflexões de Furini e Pureza, utilizamos aqui o conceito Thompsoniano de experiência como uma ferramenta possível não só para descrever a classe, mas sim a dimensão da história vivida pelos sujeitos de maneira geral. Nesse sentido, ao afirmar a importância da experiência para a interseccionalidade, a aplicação de Collins está focada nos sujeitos subalternizados enquanto autores de sua própria história. Nas obras que refletem a interseccionalidade, o conceito aparece para descrever a relação dos grupos sociais distintos com o seu próprio contexto social, mas com ênfase particular nas experiências de mulheres racializadas.

Nessa compreensão extensiva da experiência como existencialmente inclusiva, contínua e unificada, pessoas não são recipientes passivos de um mundo social acabado; ao contrário, por meio de suas relações entre si, com as instituições sociais e com o meio ambiente (“a ordem objetiva da natureza”), elas constroem ativamente seu mundo social. Experienciar é um processo de viver no mundo social, diferentemente das experiências como artefatos de interações passadas (COLLINS, 2022, p. 245)

Aqui encontramos a primeira semelhança da teoria proposta por Collins e a historiografia influenciada em Thompson: a ênfase na agência dos sujeitos, compreendendo que as relações sociais e a ação dos sujeitos históricos concretos modifica o contexto social determinado anteriormente e produz novas realidades. Historiadores que pesquisam grupos subalternizados, mais recentemente estão engajados na construção de uma história que não leve em consideração estruturas acabadas, e sim enfatize que a ação dos sujeitos para romper essas estruturas é o motor do processo histórico (SILVA, 2014). A estrutura em si não é um

³⁵ Vinícius Reis Furini é mestre em história pela UFRGS, vinculado à pesquisa das temáticas de pós-abolição e mundos do trabalho.

agente capaz de moldar sua própria história, mas os sujeitos são capazes de desmontar e remontar as estruturas com sua ação. Por isso, a experiência concreta dos sujeitos sociais é tomada como centro e não mais o “modelo geológico” de classes proposto pelo estruturalismo (WOOD, 2003, p. 73).

Outra das formas de defesa da experiência em Collins é como um aspecto da construção de conhecimento sobre os sujeitos oprimidos socialmente. Para ela, há valor teórico nas experiências concretas de mulheres racializadas, independente se intelectuais ou não, para a elaboração do pensamento feminista negro. A ferramenta analítica da interseccionalidade foi elaborada sob uma metodologia de práxis crítica, em um cenário híbrido entre movimento social, estratégias de resistência coletiva e produção acadêmica. Muitas vezes, as mesmas intelectuais que reverberaram essas ideias na academia também estavam presentes no cotidiano da luta social concreta por direitos. A práxis crítica constituiria uma forma de produzir conhecimento a partir das experiências individuais e coletivas, mas também a maneira de enfatizar a importância da ação concreta, visando a justiça social, para a teoria da interseccionalidade.

Com diferenças nítidas pela natureza e objetivo de seus trabalhos, também é possível perceber uma defesa da validade da experiência como uma forma de produção de conhecimento na obra de Thompson. Ele acusa os intelectuais de supor que os “mortais comuns” são desprovidos de capacidade de abstração teórica (THOMPSON, 2021, p. 29).

A meu ver, a experiência é mais nuançada: a experiência é válida e efetiva, porém até certos limites específicos: o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas os dois permanecem atônitos em relação à monarquia e a cosmologia. [...] Supõe-se que a experiência constitui uma parte da matéria prima oferecida aos procedimentos do discurso científico de prova. Na verdade, alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências. (THOMPSON, p. 29, 2021)

Thompson chega a afirmar que a produção de conhecimento não ocorre apenas dentro da academia, sem desconsiderar os valores da produção acadêmica de rigor científico, mas que é preciso compreender a racionalidade empregada nas estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora. Essa experiência concreta é capaz, inclusive, de questionar as conclusões chegadas pela elaboração teórica feita dentro de gabinetes da educação formal. Ela “entra sem bater à porta”, anunciando situações reais, rupturas com sistemas políticos e a produção de novos modos de vida (THOMPSON, 2021, p. 30). Aqui é nítida a semelhança com Collins no que diz respeito à valorização dos saberes tradicionais e da criatividade na resolução de

situações cotidianas de opressão realizadas pelas mulheres racializadas. Por mais que não haja um diálogo direto, a experiência é tratada de forma similar pelos dois autores.

Na argumentação de Thompson, é possível compreender a hierarquização da realidade histórica sobre as categorias teóricas que a representam. A vida material põe à prova o que a produção de conhecimento pode afirmar enquanto verdade. Nesse sentido, a experiência seria a forma com que essa realidade se manifesta para os sujeitos, “um constante sentir que entrecruza determinações objetivas e subjetivas” (PUREZA, 2019, p. 3). As estruturas não têm vida própria e não existem para além da história, assim como as categorias teóricas também não, embora haja uma tendência de colocá-las como seres autônomos ou coisas estáticas impostas sobre a investigação da realidade.

Collins não defende a experiência como apenas uma maneira de democratizar a compreensão do que é o conhecimento para além da academia, mas entende que a práxis, ou seja, a síntese entre prática e ação, é um método de formulação que deve ser defendido para a teoria interseccional. Para a socióloga, a interseccionalidade deve buscar uma conexão com a prática, pois assim conseguirá apurar sua reflexão de maneira a obter a realidade como objeto de investigação, e não apenas os textos (COLLINS, 2022).

A busca pela concretude das categorias analíticas por meio da práxis, como gênero, raça e classe, é alvo do interesse de diversas intelectuais propulsoras da interseccionalidade, referenciadas por Collins. A produção acadêmica de Kimberlé Crenshaw, por exemplo, citada no capítulo 1, problematiza a inefetividade da forma com que são tratadas as categorias de gênero e raça, que acabam por invisibilizar mulheres racializadas estruturalmente. A forma com que são tratadas as discriminações no contexto discutido por ela considera-as como abstrações conceituais ou legislativas, e não como descrições de relações sociais concretas entre sujeitos reais atravessados por múltiplas determinações. Nesse sentido, a proposição contida nos seus escritos seria uma forma de basear as categorias na experiência concreta de todos os sujeitos. A experiência das mulheres racializadas em especial seria o que evidencia o entrecruzamento das categorias de subalternidade, desmontando assim as noções comuns de gênero, raça e classe de maneira isolada e unilateral.

Angela Y. Davis, outra referência de Collins desde “Pensamento Feminista Negro”, desenvolve seu pensamento interseccional³⁶ enquanto traça um panorama historiográfico

³⁶ Angela Davis não utiliza o conceito de interseccionalidade, e suas principais obras foram escritas anteriormente ao surgimento dele. Apesar disso, ela é considerada por muitas como uma das precursoras da teoria interseccional pela forma com que articula as categorias de gênero, raça e classe, em especial na obra “Mulheres, Raça e Classe”, de 1981. Ver dissertação: BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro, 2005.

sobre o processo de escravização da mulher negra. Ela busca, na realidade concreta do sistema escravista, compreender como ocorria o manuseio por parte do sistema de poder das categorias de gênero e raça para com as mulheres negras. Ela afirma que essas mulheres eram, quando conveniente para os senhores, tratadas como desprovidas de gênero e, em outros momentos, resumidas a seu status de fêmeas, reprodutoras e vítimas de violência sexual (nas duas ocasiões, igualmente desumanizadas) (DAVIS, 2016). Ela parte da experiência dessas mulheres para definir o modo com que gênero e raça se articulavam e seguem se articulando nos momentos posteriores da história, não limitando essa experiência ao âmbito do trabalho e enfatizando a construção de sentidos pelos sujeitos em outras esferas (PUREZA, 2019).

Enfatizar a experiência de mulheres negras para construir uma argumentação acerca da interseccionalidade é um ponto central comum não apenas em Collins, mas entre diversas autoras que constituíram o pensamento feminista negro. Isso ocorre pois a experiência não é apenas um objeto de investigação e parte de uma metodologia, mas também o ponto de partida pelo qual ativistas-intelectuais chegaram a conclusões interseccionais. Afinal, elas estavam “mais bem posicionadas para identificar como gênero e sexualidade afetam a sua vida nas opressões interseccionais do racismo e do capitalismo” (COLLINS, 2022, p. 230). Muitas dessas intelectuais foram ativistas e constituíram sua trajetória política e teórica em meio a reflexões sobre a sua própria subalternização.

Por esse gancho é possível retornar ao conceito de *outsider within*, introduzido no capítulo anterior. A posição da mulher afro-americana como ao mesmo tempo forasteira e de alguma forma *insider* é aplicada no sentido de compreender sua posição na sociedade: o status permanente de outro, não sendo o indivíduo considerado universal em nenhum dos grupos sociais em que, ao mesmo tempo, de certa forma pertencem (movimentos negro e feminista, por exemplo). Ela descreve a relação do trabalho doméstico com as famílias brancas - íntima, mas ao mesmo tempo subjugadora - como uma forma de exemplificar o status de *outsider within*. As mulheres negras que vivem dos serviços domésticos sabem que nunca pertencerão de fato às famílias brancas, o que configura sua posição de *outsider*; mas, ao mesmo tempo, estão em uma localização muito próxima que as possibilita compreender de outra forma o funcionamento daquela elite branca que as subjuga (COLLINS, 2016). O conceito de *outsider within* não é apenas uma forma de descrever a opressão, mas também o que permite “um ponto de vista especial quanto ao *self*, a família e a sociedade” (COLLINS, 2016, p. 2). A *experiência* das mulheres negras na sociedade norte-americana possibilita um

ângulo de visão diferente dos demais que, conseqüentemente, produz pensamentos diferentes sobre a realidade social.

De modo geral, se constituiu uma tradição política própria (SMITH, 2013) ao pensamento feminista negro de combate à universalização da categoria mulher a partir da branquitude. Uma das principais características desse pensamento é a afirmação da intersecção da opressão de raça e gênero³⁷ como não apenas uma soma, mas uma síntese que produz um outro tipo de opressão específico as mulheres racializadas. Dessa conclusão, se desenvolveram também outras, não resumidas à realidade das mulheres racializadas em si. Reflexões sobre a forma que operam as diferentes categorias a partir das relações de poder acumularam que não só as mulheres racializadas são oprimidas de maneira específica, mas o gênero e a raça de modo geral se articulam na sociedade de maneira inseparável.

Devido ao papel histórico da escravidão e da segregação racial nos Estados Unidos, o desenvolvimento de um movimento de mulheres unificado exige o reconhecimento das múltiplas implicações desta dívida racial perene. Se por um lado todas as mulheres são oprimidas enquanto mulheres, nenhum movimento pode alegar falar em nome de *todas* as mulheres a menos que fale pelas mulheres que também enfrentam as conseqüências do racismo – que coloca as mulheres de cor de forma desproporcionalmente mais frequente nas fileiras da classe trabalhadora e entre os pobres. Raça e classe devem, portanto, ser centrais no projeto de emancipação das mulheres se este se pretende significativo para aquelas mulheres que são as mais oprimidas pelo sistema. (SMITH, 2013)³⁸.

Para que de fato gênero e raça sejam compreendidos em sua totalidade, é preciso realizar uma mudança de paradigma³⁹ nos estudos de cada uma dessas categorias que promova um novo ponto de partida, refutando a ideia de universalidade proposta pela branquitude e voltando a lente analítica para homens e mulheres reais atravessados por múltiplas determinações. A interseccionalidade como paradigma inaugura uma nova forma de realizar os estudos de gênero, raça e classe, para além de somar experiências de mulheres racializadas na análise (COLLINS, 2022). O que configura o efeito da teoria interseccional como a fundação de um novo paradigma é que ela não propõe apenas uma mudança nas

³⁷ O pensamento interseccional é frequentemente identificado com a tríade “raça, gênero e classe”, porém, a classe social é vista de maneira bastante distinta e plural dentro da própria tradição de elaboração teórica interseccional. O peso dado a essa categoria varia de intelectual para intelectual. Por isso, aqui enfatizamos a investigação das intersecções de gênero e raça como um ponto mais comum entre as ativistas e acadêmicas interseccionais.

³⁸ Sharon Smith é intelectual, socióloga e ativista feminista e antirracista estadunidense, estudiosa das questões de gênero e raça sobre uma perspectiva marxista e de defesa do socialismo como alternativa política. Ela é autora do livro "*Women and Socialism: Class, Race, and Capital*", que não possui tradução em português. Alguns dos seus artigos foram traduzidos para o portal “esquerda online”, que foi onde encontramos sua produção.

³⁹ Collins conceitua os paradigmas como modelos de explicação provisórios ou conjunto de conceitos e padrões de pensamento implícitos em determinada área. As mudanças de paradigma seriam quando esses modelos deixam de ter eficácia e são substituídos por outros.

ideias, mas na forma com que essas ideias são construídas, de maneira que opressões de gênero, raça e classe não são mais vistos como separados (COLLINS, 2022). Sendo assim, o próprio ponto de partida das análises sobre as categorias de subalternização é modificado quando adotamos compromissos interseccionais.

O pensamento produzido por mulheres racializadas está, como sempre enfatizado por Collins, presente nas diversas esferas, desde o ativismo, as estratégias de resistência cotidianas e a produção acadêmica, e resulta em conclusões comuns, como o reconhecimento da simultaneidade de opressão, e por consequência a ruptura com o pensamento que a socióloga chama de constructo da diferença dicotômica por oposição (COLLINS, 2016). Vivências de mulheres racializadas como *outsiders* e *insiders*, simultaneamente atravessadas por raça, gênero e, na maioria das vezes, classe, permitiram a produção de conclusões que superam a oposição formal do “ou isto, ou aquilo”, partindo das suas experiências para dar conteúdo que refletisse a realidade às categorias de opressão. Dessa forma, essas enxergam mais facilmente lacunas no pensamento sociológico que ignora o diálogo entre diferentes determinações, usufruindo de uma posição privilegiada de análise da realidade. No plano da escrita da história, essa visão que se opõe aos binarismos vai no sentido de compreender a formação das categorias em conjunto, e não isoladas ou em oposição. Gênero, raça ou classe, por exemplo, enquanto categorias históricas, precisam ser contextualizadas a partir da sua relação com as demais determinações sociais presentes no contexto a partir da sua relevância histórica.

O conceito de *outsider within*, calcado na epistemologia do ponto de vista, pode aparentar um instrumento demasiado particularista, ou até mesmo fragmentador, da experiência dos grupos subalternos. Collins comenta sobre como a interseccionalidade é julgada dessa forma por acadêmicos de diversas linhas teórico-metodológicas, apontando sua metodologia como excludente, egóica e demasiadamente centrada na vivência de um sujeito particular (COLLINS, 2022). Essa crítica normalmente é feita ao passo que se refuta o conceito de identidade ou política identitária, considerando-o fragmentário⁴⁰.

⁴⁰ No livro “Interseccionalidade”, Collins e Sirma Bilge identificam a origem dessas críticas tanto em alguns nomes do marxismo como em parte das teorias pós-estruturalistas, não se resumindo a uma única perspectiva teórica.

3.2 Identidade, política identitária e experiência

O tema das identidades surge com mais força no campo das ciências humanas a partir das décadas de 1960 e 1970, com a efervescência de discussões reivindicatórias dos movimentos feminista, negro e LGBTQIA+ (ALVES, 2016). Contrapondo a lógica dos sujeitos até então postos, que se resumiam ao movimento operário, essas novas manifestações políticas geraram controvérsia para historiadores, sociólogos, filósofos e pensadores no geral. No primeiro capítulo deste trabalho, discutimos a forma com que a teoria interseccional é, muitas vezes, reduzida injustamente a uma teoria da identidade, quando há diversas outras camadas em que ela se propõe a analisar. Apesar disso, a política identitária é também um recurso importantíssimo para a fundação e continuidade da interseccionalidade. Para Collins, essa controvérsia em relação ao conceito de política identitária faz com que seja diversas vezes mal-interpretado e corrigido como se tratasse de um construto fundamentalmente essencialista e que comprometeria uma análise universal.

Primeiro, a política identitária é separatista e fragmentária. A interseccionalidade se torna culpada por associação: ela supostamente divide os grupos em subgrupos cada vez menores - “o problema da regressão infinita”. Essa visão respalda entendimentos fragmentados dos movimentos sociais quando reconhece a existência como contraste para defender o conceito de classe e de política de classe contra a interseccionalidade (vista como questão de cultura). Segundo quem critica, a interseccionalidade enfraquece a luta de classes, porque desvia a atenção das pessoas para as questões culturais. Essa mudança da política tradicional de protesto contra as políticas de estado é útil ao capitalismo global. Intelectuais de esquerda influentes não apenas tratam a política identitária com grande desconfiança, como a caricaturam de forma grosseira. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 202)

Para compreender o argumento de Collins, é importante regressar às origens do conceito. A cunhagem do termo política identitária é atribuída em primeiro lugar a “Declaração Feminista Negra” do Coletivo Combahee River (ANDRADE, 2020). Auto-proclamadas socialistas e adeptas da teoria marxista, as integrantes do coletivo viam as especificidades das mulheres negras não como opostas a questões universais, mas essenciais para a compreensão real da totalidade capitalista (COLLINS, 2022; ANDRADE, 2020). A formação de coletivos específicos de mulheres racializadas, como era o caso do CRC, existiram no marco do combate à falta de reconhecimento por parte da esquerda estadunidense sobre as experiências específicas das mulheres racializadas.

Em outras palavras, a fragmentação estaria menos sob responsabilidade da política identitária do CRC ou de outros coletivos feministas negros, chicanos ou indígenas e mais da própria prática dos grupos socialistas que universalizavam uma experiência branca e

masculina para representar os anseios da classe trabalhadora, que era muito mais heterogênea e complexa. A política identitária, nesse sentido, seria essencial para a construção de coalizões. As mulheres racializadas se uniram e não opuseram suas experiências de raça e gênero àquelas que se referiam a classe por conta de que o racismo e o sexismo sempre estruturam a forma específica de exploração em que eram submetidas (COLLINS; BILGE, 2021). A política identitária não estaria a serviço apenas de questões culturais, e sim de promover um foco para as suas experiências como uma maneira, também, de se chegar à compreensão da totalidade. Reconhecimento, equidade e redistribuição seriam inseparáveis nas vidas das mulheres racializadas (COLLINS; BILGE, 2021).

A crítica de que a identidade é particularista por subdividir grupos que deveriam estar lutando por uma causa homogênea de classe remonta a discussões conceituais sobre a relação entre totalidade e particularidade. Uma compreensão dialética da história não opõe as partes ao todo, mas sim busca apreender a relação entre elas e a forma pela qual constituem sínteses. O todo não é a soma das partes, mas são elas que formam esse todo, e uma não existe isolada da outra (BAGU, 1973 apud SILVA, 2014). Para Fernanda Oliveira da Silva⁴¹ (2014), o papel da raça na relação entre os sujeitos e a estrutura seria enquanto uma *parte* que produz diferença entre os sujeitos, com “funções específicas que obedecem a hierarquias de poder, sendo ela mesma uma imposição, e nesse caso fruto do poder (...) que foi captado pelos grupos, ressignificado (...) e tensionada perante às estruturas.” (SILVA, 2014, p. 7).

Raça e gênero, de maneira articulada na experiência de mulheres negras, constituem ao mesmo tempo que uma *parte* específica desse todo também uma amostra de síntese entre duas partes (ou três, se adicionada a categoria de classe) distintas, configurando uma função essencial para a compreensão de totalidade. A existência de um reconhecimento coletivo em torno dessas categorias não deve ser vista como uma lógica fragmentada e sim como fruto das próprias relações de poder interseccionais (COLLINS, 2022) que historicamente produziram diferenças articuladas, subdividindo pessoas. A política identitária de mulheres racializadas é uma resposta à forma com que essas categorias foram constituídas historicamente.

A sobreposição e intersecção de identidades sociais e dos sistemas relacionados de opressão, dominação, discriminação, injustiça social e desigualdade – que se expressam no racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, transfobia etc. – não se apresentam num vácuo histórico. São constructos sociais dinâmicos,

⁴¹ Fernanda Oliveira da Silva é historiadora, formada pela UFPEL e doutora pela UFRGS, professora adjunta do curso de História da mesma universidade e co-fundadora do grupo de estudos Atinuké - Sobre o Pensamento de Mulheres Negras.

interdependentes, inter relacionados e contraditórios, e, por esta razão, a sua compreensão exige o exercício de permanente reflexão e reelaboração dialética, conforme expresso no manifesto do Coletivo. (ANDRADE⁴², p. 79, 2020).

Sendo assim, as diferenças identitárias, que constituíram uma política, seriam formas de refletir as partes mais invisibilizadas das políticas totalizantes de classe e “buscava enxergar, por trás da aparência dos fenômenos, os processos e inter relações que compõem a realidade” (ANDRADE, 2020, p. 80). A existência de contradições não seriam sinais que a sua superação não é possível, mas sim afirmações de heterogeneidade necessárias para a construção de solidariedade e coalizões (ANDRADE, 2020). Para Collins, a identidade é inerente à lógica da coalizão e fomenta a solidariedade, a partir do momento que se constrói a partir da relação entre grupos distintos (COLLINS; BILGE, 2021). Sob o aspecto das teorias do ponto de vista, a intenção nunca foi restringir os sujeitos que podem ou devem falar sobre determinados contextos, e sim democratizar a teoria e reconhecer as relações de poder internas à produção de conhecimento (COLLINS, 2022).

Além do particularismo, o foco nas identidades é criticado enquanto uma prática que contribuiria para a reprodução de essencialismos, contrapondo uma análise historicizada das categorias sociais. Para Collins e Bilge, as identidades não são algo que “se tem”, mas que “se constrói”, aplicando-se diferentemente em cada contexto social moldado por relações de poder interseccionais (COLLINS; BILGE, 2021, p. 188). Ela não seria fixa e imutável, mas um processo de posicionamento que não se dá de maneira estática (HALL, 2017 apud COLLINS; BILGE, 2021). Desde o CRC, a identidade seria um lugar político, não essencializado, e serviria como ferramenta vital para resistência (COLLINS; BILGE, 2021). Em seu livro mais recente, Collins articula a questão da identidade com a experiência de mulheres racializadas:

Como discuto no capítulo 5, **o pensamento feminista negro se baseia em uma análise profundamente arraigada da experiência que foi essencial para a interseccionalidade**. Interpretar de forma errônea a compreensão da política identitária expressa no feminismo negro reformulando essas ideias por considerá-las simplórias (essencialistas e, portanto, sem complexidade) e autopromocionais (particularistas e desprovidas de apreciação de princípios superiores além do próprio interesse pessoal), **não apenas interpreta mal a intenção de teorizar criticamente, como também enfraquece uma importante fonte de ação epistêmica para indivíduos pertencentes a grupos oprimidos** (COLLINS, 2022, p. 196, grifos meus)

⁴² Joana El-Jaick Andrade é formada em direito pela UERJ, ciências sociais pela UFRJ e doutora em sociologia pela USP, e professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Pesquisa teoria social, sociologia jurídica, sociologia do trabalho, teoria política, instituições políticas e relações de gênero.

A maneira de combater o suposto essencialismo proposto na identidade, ao invés de adotar uma política de terra arrasada (COLLINS; BILGE, 2020), consiste em compreender a identidade calcada na *experiência*. As identidades políticas provêm de contextos, diferentes contextos produzem diferentes experiências e, portanto, a política de identidade provém da experiência concreta, não de uma essência fixa aos sujeitos. Essa forma de enxergar a identidade difere do senso comum por reconhecê-la como sendo moldada a partir do contexto social, as determinações externas, e principalmente as formas de experimentar essas determinações (COLLINS, 2022). Essas experiências são multifacetadas, não se reduzem apenas a relações de trabalho ou de resistência à injustiça econômica, e sim a vida social como um todo. Nesse sentido, as identidades podem condensar diferentes determinações de raça, gênero, classe, orientação sexual e nacionalidade.

Um dos riscos que a política identitária corre é ser confundida com simples afirmações individuais de pertencimento a grupos ou características específicas sem rigor científico. A identidade pode ser percebida de diversas formas pelo senso comum, em especial como uma essência intrínseca aos sujeitos, ligada a personalidade, que permanece a mesma e independe do contexto sócio-econômico, englobando diversos aspectos da vida pessoal. Mas a identidade *política* - de onde deriva a política de identidade - tem um viés específico de reconhecimento mútuo entre sujeitos que se articulam de maneira coletiva para buscar reivindicações comuns (COLLINS; BILGE, 2021). Portanto, não são quaisquer grupos com características similares que configuram uma política de identidade, é preciso que essa esteja enraizada em experiências históricas similares que produzam interesses políticos comuns.

Identidades não emergem aleatoriamente, e sim das relações de poder interseccionais. A imposição dessas relações faz com que haja reação coletiva de luta política por parte de grupos com experiências comuns. A política identitária não seria um fim em si mesma, e sim um ponto de partida para compreender a manifestação desses grupos (COLLINS; BILGE, 2021). A identidade “repousa sobre uma relação recorrente entre indivíduos e as estruturas sociais, quando os primeiros criam um coletivo baseado em lugares sociais semelhantes nas relações de poder” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 210). Nesse sentido, para compreender as identidades devemos compreender a relação entre os sujeitos históricos com as estruturas em que vivem. Fernanda Oliveira da Silva compreende essas duas categorias como parte do mesmo todo social:

Ao compreender o sujeito e a estrutura como membros de um mesmo processo capta-se então as relações entre ser social e consciência social, nas quais as diferentes experiências levam a diferentes formas de consciências. Evidenciando-se

que existe um raciocínio cíclico em que experiência e consciência se complementam, ou seja, uma não pode explicar a si mesma. Assim, as semelhanças entre as experiências podem ser percebidas nas regularidades e tem sua base material como referente, mas os determinantes são exteriores aos sujeitos. E, por sua vez, as experiências semelhantes, que demonstram mudanças generalizadas, não necessariamente apresentam resultados iguais, e esses resultados díspares podem iluminar as estruturas. (SILVA, 2014, p. 13-14)

A relação entre o ser social e a consciência é fundamental para assimilar as manifestações de identidade como parte da história. A identidade só ocorre a partir do reconhecimento dos indivíduos sobre o seu próprio pertencimento, portanto, provém da consciência social. A consciência em relação as identidades - consciência sobre o ser negro, ser mulher, ser uma pessoa pertencente a classe trabalhadora - não desperta de maneira aleatória e sim nas experiências semelhantes com outros indivíduos do mesmo grupo. Aqui, não existe uma relação mecânica de afirmação de que todas as experiências comuns produzem as mesmas consciências, nem tampouco de que as estruturas comuns produzem experiências iguais, mas que existe sim uma possibilidade de reconstituir semelhanças. Sendo assim, concluímos que a consciência e, por tanto, a identidade, se forja também a partir da *relação*, não só com os semelhantes mas também com os diferentes.

A oposição comum entre privilegiar a classe ou privilegiar a política identitária se torna menos efetiva tendo como referência a concepção de classe social construída por Thompson, concepção essa que reivindica o marxismo, mas se recusa a considerá-lo como uma doutrina⁴³. Ele se contrapõe a uma esquemática que resume as manifestações de classe como circunscritas a determinações objetivas (MATTOS, 2007). Essa abordagem não trata do capitalismo e a divisão entre classes como um fenômeno meramente econômico, e sim um todo de relações sociais; não limita a experiência de classe dentro da oposição capital x trabalho na produção, e sim compreende suas relações com a cultura, os modos de vida e o âmbito privado como componentes ativos de uma experiência histórica (MATTOS, 2007).

A relação entre ser e consciência também é fundamental para a compreensão dessa visão de classe. Por mais que a experiência ocorra no marco de um contexto, a consciência não é um desdobramento mecânico desse contexto, e nem tampouco existe um caminho inevitável em que ela sempre percorrerá. Em outras palavras, a relação entre ser e consciência não é um cálculo matemático, e sim um processo histórico.

⁴³ O marxismo em forma de “doutrina” seria aquele que não promove diálogo com outras teorias e considera esquemas teóricos pouco variáveis e influenciados pelo contexto social. O principal opositor de Thompson na concepção de classe seria Louis Althusser, considerado um intelectual estruturalista.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a **identidade de seus interesses** entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. **A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.** Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p. 10, apud MATTOS, 2007 p. 45, grifos meus)

Essa passagem, considerada por Marcelo Badaró Mattos⁴⁴ como uma das mais citadas por historiadores, demonstra como o reconhecimento dos indivíduos enquanto pertencentes a um grupo que possui, de certa forma, os mesmos interesses, é o que manifesta uma classe na realidade histórica. A consciência de classe, por sua vez, seria a forma com que os sujeitos se apropriam dessa experiência de classe e constroem cultura, moral, ideias e instituições próprias. A constituição da consciência de classe seria feita por meio da articulação de identidades semelhantes e a relação entre as determinações materiais e expressões culturais (MATTOS, 2007).

As relações produtivas, que são consideradas como centro para a análise marxista, não seriam vivenciadas de maneira unilateral. Elas teriam repercussão nas ideias e nos valores, nas ações, escolhas e crenças. Esses elementos que compõem a vida social decorrente de um modo de produção devem ser tomados como um todo comum onde a classe se manifesta via suas expressões próprias (MATTOS, 2007). A constituição da consciência se dá em todos esses âmbitos e, dentro deles, a relação com aqueles que possuem interesses comuns e os que possuem interesses opostos (MATTOS, 2007).

Sendo assim, dentro da concepção Thompsoniana, compreendemos que não existiriam motivos bem estabelecidos para invalidar de forma absoluta as teorias que evocam uma política de identidade. Se a consciência de classe é constituída pela manifestação da experiência dos sujeitos conforme seus sentimentos de pertencimento e similaridade, ela teria semelhanças importantes com uma política da identidade que visa afirmar realidades comuns entre grupos específicos e visibilizar experiências de pessoas atravessadas por categorias de gênero, raça e classe. No próximo capítulo abordaremos melhor essa relação por meio das práticas identitárias de mulheres racializadas e a sua articulação com as dimensões de classe social abordadas pela tradição arraigada em Thompson.

⁴⁴ Marcelo Badaró Mattos é historiador formado pela UFRJ, doutor pela UFF e professor na mesma instituição. É pesquisador na área de história do trabalho e da classe trabalhadora.

4. Capítulo III: “Repensando o ativismo de mulheres negras”: a historicidade da Interseccionalidade

Nos capítulos anteriores, explicitamos o conceito de Interseccionalidade no pensamento de Collins e sua relação com o construto de experiência. A experiência de mulheres racializadas, em especial, é o que determina a própria lógica das investigações interseccionais em dois aspectos. O primeiro é o de evidenciar o papel das opressões interligadas na vida concreta dessas mulheres. Em outras palavras, podemos dizer que a interseccionalidade descreve experiências de mulheres atravessadas por mais de uma categoria de opressão - no caso das mulheres racializadas, raça, gênero e classe (na maior parte dos casos). O segundo aspecto é que a própria conceituação da interseccionalidade foi realizada à luz da experiência de mulheres negras em diversos terrenos: a experiência subjetiva, a experiência de ativismo político e a experiência de elaboração intelectual. O objetivo deste capítulo é investigar essa experiência histórica de mulheres negras a partir de Collins, compreendendo as principais características do seu pensamento na trajetória de formulação das ideias interseccionais.

Aqui, partimos da premissa de heterogeneidade nas existências dessas mulheres, seja por diferenças de contexto e território, seja por reconhecimento das individualidades em questão. Winnie Bueno (2020) atenta para os perigos, que dominam parte das análises que buscam compreender o pensamento feminista negro, de tentar homogeneizar as produções acadêmicas de mulheres negras que possuem diversas e variavelmente profundas divergências entre si. Mesmo dentre as intelectuais que reivindicam a perspectiva da interseccionalidade, os referenciais teóricos encontrados no decorrer da investigação tem origens, por vezes, bastante distantes umas das outras. Para além do plano teórico, as experiências concretas são permeadas por distintos atravessamentos, que vão para além do gênero e da raça - classe, sexualidade, nacionalidade, idade, entre outros.

Sobre a nacionalidade em específico, é importante demarcar que o cenário analisado por Collins, contido nos escritos investigados nesse capítulo - o livro “Pensamento Feminista Negro” (2019), principalmente - está situado no território norte-americano. Porém, apesar da importância de explicitar o recorte, é necessário afirmar que essa tradição política constituída pelas mulheres negras estadunidenses possui diversas similaridades com a produção político-intelectual das afro-brasileiras, o que foi trazido à tona algumas vezes por trabalhos que buscam explicitar a relação entre Lélia Gonzalez e Angela Davis, por exemplo⁴⁵. Da

⁴⁵ Ver nota 29.

mesma forma, existem características suficientes que justifiquem analisar o pensamento e a ação de mulheres negras como uma coletividade, mesmo que heterogênea (MACHADO, 2020).

Por fim, para introduzir o capítulo também é preciso explicar a ênfase nas mulheres negras enquanto sujeito social. Collins e Bilge, ao investigar a interseccionalidade, deixam nítido que sua autoria não se limita às mulheres negras, mas sim às mulheres racializadas de maneira geral por pertencerem a distintos grupos étnicos não brancos. Essa citação é elucidativa nesse sentido:

Dada a discriminação histórica contra as mulheres de ascendência africana, é tentador atribuir às afro-americanas a propriedade da suposta descoberta da interseccionalidade, então sem nome. No entanto, nos Estados Unidos, as afro-americanas faziam parte de alianças heterogêneas com chicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas. Embora as experiências e os movimentos sociais que elas citaram ou aos quais aderiram tivessem formas diferentes, esses grupos foram os primeiros a reivindicar a interconectividade de raça, classe, gênero e sexualidade em suas experiências cotidianas, bem como a importância dessa análise interseccional para suas aspirações políticas. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 97)

Apesar desse importante reconhecimento, que buscamos incorporar no decorrer dos primeiros capítulos deste trabalho, Collins não realizou uma pesquisa tão centrada em outros grupos racializados norte-americanos como fez com as mulheres negras. Nesse sentido, a partir das fontes que tivemos acesso, aqui utilizaremos o recorte das mulheres negras enquanto sujeito histórico que fez parte dessa aliança e, não sozinho, criou o conceito de interseccionalidade.

3.1 - Características comuns no ativismo das mulheres negras

Collins propõe uma visão ampliada sobre o ativismo das mulheres negras. Em primeiro lugar, porque elas foram historicamente excluídas dos espaços tradicionais de organização política e social: sindicatos, partidos políticos e afins, não possibilitando com que o seu ativismo se desenvolvesse da mesma forma que o dos homens brancos, sujeito que normalmente representava essas entidades no país (COLLINS, 2019). Para ela, sem um olhar atento, pode-se chegar a conclusão que as mulheres negras norte-americanas possuem um baixo índice de ativismo, justamente pela sua baixa participação em espaços hegemonicamente reconhecidos como porta-vozes da luta política e sindical - noção que, para ela, não corresponde à realidade.

Em vez de reduzir o ativismo das mulheres negras a um cerne “essencialista” do ativismo feminino negro “autêntico” imaginado pelas feministas negras, essa abordagem cria espaços para que as afro-americanas vejam como suas atividades cotidianas também são uma forma de ativismo. (COLLINS, 2019, p. 332).

Aqui, a ideia é visualizar as mulheres negras como grupo social detentor de agência histórica de maneira integral, seja na esfera pública e política ou na esfera familiar, comunitária e privada. Collins não reduz, portanto, o ativismo a critérios de reconhecimento institucional, compreendendo as líderes comunitárias e as mães de família estadunidenses como parte do processo de movimentação social das mulheres negras. O objetivo de Collins não é apreender apenas o papel da representação política formal dessas mulheres (seja em organizações mistas, seja em organizações específicas), e sim as suas características enquanto sujeito histórico coletivo.

É possível, aqui, fazer um paralelo com discussões importantes que permearam a história dos movimentos de mulheres. Com a ascensão do feminismo negro e a disputa feita por este no interior do feminismo hegemônico (focado em demandas que partiam da universalização de uma condição de mulher branca), as mulheres negras reivindicaram mudanças nos parâmetros teóricos que fundamentavam a luta pelos direitos das mulheres. Uma dessas demandas foi a de ampliar a forma de periodização do movimento, a partir da qual “a intelectualidade feminina negra promoveu uma correção na historiografia feminista” (BUENO, 2019, p. 61). Essa correção consistiu em reconhecer as ações de resistência das mulheres negras, historicamente constituídas de maneira separada da população branca, enquanto parte da história dos movimentos pela emancipação feminina. A ideia de “ondas”⁴⁶ do feminismo, por exemplo, invisibiliza tanto as mulheres não-brancas que se movimentaram paralelamente a essa categorização, quanto as pautas mobilizadas por elas, que não eram consideradas feministas para os parâmetros desses espaços hegemônicos (SILVA; FERREIRA, 2017).

A forma como Collins conceitua o ativismo das mulheres negras se insere no esforço de redefinir a historiografia feminista com base nos múltiplos sujeitos que a compõe. Ela visualiza uma ação dupla, que se manifesta ao mesmo tempo na luta por sobrevivência e por

⁴⁶ A ideia de “ondas” do feminismo é uma forma de periodizar a história do movimento de mulheres, amplamente popularizada. Segundo essa perspectiva, a “primeira onda” engloba a luta internacional pela isonomia e o sufrágio, a “segunda onda”, situada entre as décadas de 60 e 70 se relaciona à luta por direitos reprodutivos, crítica a pornografia, prostituição e outras questões similares (nessa onda, se adicionaria as discussões de raça) e a “terceira onda”, pós queda do muro de Berlim, seria uma fase influenciada pela pós-modernidade, caracterizaria pela fragmentação e uma diversidade de interesses e disputas internas no interior do movimento feminista. Dentro da terceira onda se inseriria a ascensão do conceito de interseccionalidade. Ver: ZIRBEL, I. Enciclopédia mulheres na filosofia: Ondas do feminismo. Unicamp, 2021, São Paulo.

transformações institucionais (COLLINS, 2019). Por decorrência do contexto de violência e desamparo em que se forjou política e socialmente a população afro-americana, a sobrevivência material era tão importante quanto a formulação de reivindicações políticas propriamente ditas. As mulheres negras foram, historicamente, responsáveis por essa dimensão da luta racial, se destacando enquanto lideranças de suas comunidades e famílias, embora frequentemente essa face do seu ativismo não seja reconhecida (COLLINS, 2019).

O papel das mulheres como ativistas na luta pela sobrevivência da comunidade negra não é reconhecido apenas por Collins. Tanto Angela Davis quanto Lélia González já identificaram essa configuração estrutural da família negra como algo que gerou papéis de gênero distintos da população branca. No contexto brasileiro descrito por González, a situação específica dos homens negros gerava dificuldade em encontrar espaço no mercado de trabalho formal, e em contrapartida as mulheres negras cumpriam um papel social enquanto trabalhadoras domésticas remuneradas, mesmo que na marginalidade, o que tornava essas mulheres provedoras de suas famílias e portadoras de uma dupla jornada de trabalho (BARRETO, 2005). Para Raquel Barreto, esse lugar produzia não só um papel de destaque, mas por vezes uma anulação da própria individualidade dessas mulheres em detrimento da sustentação e fortalecimento de sua comunidade.

Patricia Hill Collins define a luta pela sobrevivência do grupo promovida pelas mulheres negras como transversal a diversos locais de sociabilidade e assistência dentro da comunidade. As mulheres negras, historicamente, realizaram o seu ativismo por meio da igreja, do trabalho comunitário e da família, no papel de mães. Promoviam a defesa do acesso a educação ao mesmo tempo que cumpriam um papel de educadoras, enquanto responsáveis pela criação de seus filhos; assistiam seus iguais negros promovendo uma noção de irmandade; mantinham vivo o legado das tradições de matriz africana dentro das famílias e defendiam seu direito de autodefinição e autonomia econômica (COLLINS, 2019). Apesar da centralidade desse tipo de ativismo, elas não obtinham o privilégio de atuar somente nessa esfera:

As mulheres negras não podem se contentar com o papel do cuidado da família e da comunidade, pois o bem-estar dessas famílias e comunidades é profundamente afetado pelas injustiças que caracterizam as instituições políticas, econômicas e sociais dos Estados Unidos. Como mulheres e homens afro-americanos frequentam escolas e mercados de trabalho controlados por autoridades insensíveis, as mulheres negras frequentemente se vêem envolvidas na luta pela transformação institucional. (COLLINS, 2019, p. 337)

A relação dialética entre as duas dimensões do ativismo feminino negro combina a luta por sobrevivência e por transformação institucional. Nesse aspecto, uma depende da outra, a partir do momento em que: a) sem sobrevivência material, não existem condições reais para a comunidade negra resistir às opressões institucionais e b) sem resistir às relações de poder subjugadas, não existem condições de sobrevivência a longo prazo por parte das mulheres negras, seus filhos, irmãos e companheiros.

Da mesma forma, não é lógico dentro dessa perspectiva promover o distanciamento entre pautas relacionadas ao “domínio estrutural do poder” (COLLINS, 2019, p. 332) e como são articuladas as ideias que justificam essa localização estrutural de poder no plano cultural e ideológico. A luta pela autodefinição, por exemplo, descrita no capítulo 1, é uma forma de ativismo necessária para chegar à reivindicação de transformações institucionais. Por meio da autodefinição, as mulheres negras resistiram às imagens de controle⁴⁷ que reproduzem, no plano do imaginário social, as estruturas de subalternidade impostas sobre elas. A postura das trabalhadoras domésticas, para Collins, é um exemplo disso, quando essas mulheres exercitam uma resistência silenciosa ao recusar-se a enxergar a si mesmas no mesmo lugar em que os patrões as colocam, eventualmente jogando com os estereótipos para manterem sua subversão imperceptível (COLLINS, 2019). O conceito de autodefinição ampara essa prática tradicional das trabalhadoras domésticas, escondidas por trás de um “aparente comportamento de conformidade” (BUENO, 2019, p. 122).

A discussão a respeito desse conceito se relaciona com a argumentação construída no capítulo anterior sobre a relação das identidades com o todo. Da mesma forma que a autodefinição é uma dimensão imprescindível para a resistência às imagens de controle, a política identitária é uma forma de afirmar existências invisibilizadas e construir auto-reconhecimento para garantir uma ação social possivelmente transformadora. O trabalho materno com o objetivo de fortalecer identidades negras positivas é um aspecto do ativismo por meio do papel de liderança comunitária das mulheres negras (COLLINS, 2019). Elas fortaleceram as identidades como forma não só de constituir autoestima, mas de forjar reconhecimento da comunidade negra enquanto sujeito social capaz de promover transformações. Portanto, “abandonar políticas de identidade como essa seria um desserviço para a sobrevivência do grupo” (COLLINS, 2019, p. 361)

Por fim, a constituição de um ativismo feminino negro não se deu em condições ideais, sendo parte de uma reação à exclusão social e falta de espaço em outras coletividades:

⁴⁷ Ver nota 2.

“organizações em defesa dos direitos civis, das mulheres, trabalhistas e outras dedicadas à transformação institucional” (COLLINS, 2019, p. 351). Mesmo organizações radicais, como o Partido dos Panteras Negras, por muito tempo seguiram reproduzindo uma lógica sexista de divisão do trabalho, em que as mulheres eram úteis para sustentar a comunidade de maneira privada, mas não de representar o movimento externamente e construir sua expressão enquanto liderança política (COLLINS, 2019). Ao mesmo tempo, no movimento feminista branco, as mulheres negras sofriam com a hegemonização da experiência da mulher branca e eram silenciadas quando buscavam trazer sua própria perspectiva de luta contra o sexismo (MACHADO, 2020).

O ativismo das mulheres negras foi moldado por, além das relações sociais de desigualdade estabelecidas pelas relações de poder interseccionais, a invisibilização das suas experiências em diferentes esferas de luta política e institucional. Em outras palavras, elas só enxergavam possibilidade de atuar em organizações mistas de ativismo se anulassem parte das suas experiências em cada local: no movimento trabalhista falariam sobre classe, no movimento negro sobre o aspecto racial e no movimento feminista sobre sua condição de gênero. Pela impossibilidade de promover tal separação, foram se constituindo parte das ideias da interseccionalidade⁴⁸. Bárbara Araújo Machado⁴⁹, ao investigar a experiência do movimento de mulheres negras brasileiro, afirma:

O entendimento das relações raciais, de gênero e de classe como dimensões separadas (e, portanto, hierarquizáveis) era uma realidade histórica dos movimentos sociais no período analisado. Foram as mulheres negras – para ser exata, as mulheres que não se pareciam com a noção hegemônica de “mulher”, brancas, heterossexuais, de camadas médias urbanas etc. –, na experiência concreta tanto das contradições como do próprio caráter uno dessas relações, as responsáveis pelas formulações sobre sua verdadeira natureza integrada. É o que se viu na obra de Lélia Gonzalez, assim como nas colocações pioneiras do Combahee River Collective, nos Estados Unidos. (MACHADO, 2020, p. 180)

Seja em espaços mistos ou fundando suas próprias organizações separadas, as mulheres negras iniciaram uma tradição de pensamento que focou na simultaneidade, na multiplicidade e na intersecção de opressões por meio das suas experiências enquanto

⁴⁸ Apesar da invisibilização das experiências das mulheres negras nos espaços políticos ser uma realidade importante, os trabalhos mais recentes sobre o movimento feminista negro vem superando a ideia de que esse agente social se reduziria apenas à crítica ao feminismo branco ou ao sexismo do movimento negro. Aqui adotamos a noção de que a exclusão social é um elemento a ser considerado, mas as mulheres negras se organizam de forma autônoma pela existência de experiências particulares que justificam essa prática, não se resumindo à reação ao isolamento.

⁴⁹ Bárbara Araújo Machado é professora adjunta no Instituto de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e doutora em história pela UFF. Pesquisa relações de gênero, feminismo, relações raciais e diáspora africana, movimentos sociais, teoria social e ensino de história.

ativistas e intelectuais. Esse processo constitui a dialética enfatizada por Collins, em que o ativismo, a relação com a academia e a própria opressão se cruzam enquanto um processo contínuo de produção de conhecimento.

Essas afirmações reforçam a compreensão de experiência arraigada na teoria Thompsoniana, onde “o fazer-se da classe trabalhadora enquanto unidade co-constituída por gênero, raça e sexualidade, inclui relações que não apenas as de exploração (que também são atravessadas pelas relações mencionadas), mas também de alienação e opressão” (MACHADO, 2020, p. 182). A experiência histórica em Thompson não tem concretude apenas quando restrita às relações econômicas de trabalho, pelo contrário, abarca as dimensões sociais distintas que correspondem a um processo conjunto de viver e sentir no mundo social. Portanto, posições de classe, raça e gênero seriam partes constitutivas e interligadas da experiência histórica de mulheres negras vivenciadas em relação com outros sujeitos.

Collins argumenta da mesma forma sobre as dimensões subjetivas e objetivas da vida humana, afirmando que: “se as experiências das pessoas refletem seu envolvimento ativo em seus mundos sociais, a experiência é a chave que une o mundo individual e o social, ou o subjetivo e o objetivo” (COLLINS, 2022, p. 257). No desenvolvimento do processo histórico que forjou as mulheres negras enquanto sujeito social ativo de luta por sobrevivência e ascensão das suas comunidades não existiu separação definitiva entre a batalha pelo reconhecimento subjetivo e a necessidade de conquistar mais direitos sociais.

3.2 Experiência de classe das mulheres negras e interseccionalidade

Nos capítulos anteriores demonstramos como posicionar as experiências de mulheres racializadas no centro da análise sócio-histórica constitui uma marca distintiva do pensamento de Patricia Hill Collins. Identificamos também, a partir da investigação feita, que essa experiência é multidimensional: abarca a vivência de mulheres “comuns”, o acúmulo construído pelo ativismo de organizações feministas negras e também o pensamento de intelectuais que fomentaram essas análises. Investigando as características da interseccionalidade enquanto teoria, identificamos que ela própria seria, em Collins, um produto dessa experiência. O papel de Crenshaw, frequentemente exaltado como pioneiro, teria o mérito de nomear esse aspecto do ativismo histórico de mulheres racializadas, formulando uma terminologia que ajudou a difundir o pensamento de várias ativistas e intelectuais.

A força das ideias produzidas durante o movimento pelos direitos civis norte-americano é devidamente reconhecida (COLLINS; BILGE, 2021), porém, a origem da teoria interseccional não se resume a esse marco histórico. O ativismo anti-linchamento de Ida B. Wells-Barnett⁵⁰ do final do século XIX e início do XX e o conhecido discurso de Sojourner Truth⁵¹ durante a Convenção de Akron em 1851 são exemplos de momentos resgatados também por Collins na sua busca por fundamentar historicamente a interseccionalidade. Ela considera as análises de Wells-Barnett sobre os crimes de linchamento com a população negra como interseccionais, e afirma que seu pensamento se baseou nas experiências da população negra estadunidense (COLLINS, 2022). Ida B. Wells-Barnett rejeitou a visão hegemônica formulada por pessoas brancas sobre o linchamento, que afirmava-o como uma reação justa aos supostos estupros cometidos pelos homens negros contra as mulheres brancas, e reivindicou uma “autoridade testemunhal” para poder falar em defesa da comunidade (COLLINS, 2022, p. 234). As características do ativismo de Wells-Barnett também remetem às do ativismo das mulheres negras enquanto coletividade conceituado em “Pensamento Feminista Negro” (2019), atuando como liderança comunitária comprometida com a garantia da sobrevivência da comunidade, a assistência às famílias, a construção de identidades negras positivas e a transformação de escolas, locais de trabalho e demais instituições que reproduziam o racismo (COLLINS, 2022 p. 239)

Por seu ativismo intelectual, Wells-Barnett estabelece as bases para uma análise interseccional da violência sancionada pelo Estado que Angela Y. Davis, Kimberlé Crenshaw, Beth Ritchie e outras abordariam muito tempo depois (COLLINS, 2022 p. 231)

Sob esse aspecto, existe uma complexidade na procura por definir um marco temporal exato para as ideias da interseccionalidade. Por outro lado, é evidente que os elementos presentes no seu arcabouço teórico foram fruto de um sujeito específico - para Collins, é

⁵⁰ Ida B. Wells-Barnett foi uma jornalista, ativista norte-americana anti-linchamento, pelo sufrágio e contra a segregação racial. Nasceu escravizada e conquistou a liberdade durante a sua vida, porém testemunha um período histórico de extrema violência racial no Mississippi, seu estado de origem. Em sua autobiografia “Cruzada pela Justiça”, ela afirma que se recusou a ceder seu assento para um homem branco no ônibus, 71 anos antes de Rosa Parks fazer o mesmo. Ver: PAIVA, I.: A desconstrução de estereótipos na luta contra o racismo. Instituto Geledés, 2013, São Paulo.

⁵¹ Sojourner Truth, nomeada ao nascimento Isabella Baumfree e posteriormente modificando seu nome, foi uma abolicionista norte-americana e defensora dos direitos da mulher, nascida em Nova York. Seu discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?”, na conferência de Akron em 1851, em que ela expõe as contradições entre o tratamento dado às mulheres brancas em comparação com as mulheres negras nos Estados Unidos, ficou internacionalmente conhecido como símbolo da discussão feminista negra. Ver: Sem autor: Sojourner Truth. Instituto Geledés, 2009, São Paulo.

extremamente importante que se reafirme a relação da interseccionalidade com as mulheres racializadas (COLLINS, 2022). Grupos de intelectuais costumam querer incorporar a perspectiva interseccional em suas análises, mas fazem isso deixando para trás os sujeitos “cujas ações criaram a interseccionalidade” (COLLINS, 2022, p. 217). Segundo ela, alegar interseccionalidade, mas rejeitar as identidades que a construíram é não assumir as implicações políticas decorrentes delas (COLLINS, 2022). Essa defesa da autoria de mulheres negras sobre o conceito de interseccionalidade é repercutida por Winnie Bueno, que afirma que apesar dos avanços em relação a construção de coalizões entre o movimento feminista, frequentemente as ideias de mulheres negras são apropriadas por projetos de conhecimento hegemônicos “sem o devido reconhecimento” (BUENO, 2019, p. 66).

Embora aparentemente contraditório, afirmar autoria ou identificação das mulheres racializadas com a teoria da interseccionalidade não significa clamar um pioneirismo no esforço teórico de algumas ativistas individualmente, apenas. O que capturaria melhor a essência das ideias interseccionais seria “situar o pensamento feminista negro no contexto social das relações interseccionais de poder” (COLLINS, 2022, p. 225). Assim, mulheres racializadas recorreram a soluções interseccionais como pressuposto necessário para a ação política de resistir às relações de poder igualmente interseccionais (COLLINS, 2022).

Essa forma de enxergar a interseccionalidade reafirma a visão das mulheres negras enquanto um sujeito histórico agente de transformações sociais e produtor de conhecimento coletivo. Afirmar que as sensibilidades interseccionais foram fruto não de alguns indivíduos e tampouco de alguns grupos indica uma consciência política comum por parte das mulheres negras enquanto setor social. Se formos inserir a perspectiva de Collins sobre o ativismo feminino negro dentro da visão historiográfica trabalhada aqui, encontraríamos nos argumentos de Thompson subsídio para afirmar que as mulheres negras também constituíram, por elas mesmas, o seu próprio “fazer-se”.

Bárbara Araújo Machado, ao analisar a formação do movimento de mulheres negras brasileiro e sua relação com a categoria histórica de classe social, afirma que o objetivo central dos primeiros Encontros de Mulheres Negras no Brasil era o de afirmar-se enquanto sujeito político autônomo (MACHADO, 2020). Ao mesmo tempo, elas apresentavam ao debate público assuntos que a autora considera como pautas contra-hegemônicas de maneira geral: elas discutiam saúde, trabalho, subjetividade, violência racial de modo transversal a esses temas e os problemas de representação. Dessa forma, elas demandam ao mesmo tempo pautas “específicas” e “de classe” - classe como uma “unidade contraditória” heterogênea em que também faziam parte (MACHADO, 2020, p. 178-180).

Partindo dessa compreensão, o fazer-se da classe trabalhadora enquanto unidade co-constituída por gênero, raça e sexualidade, inclui relações que não apenas as de exploração (que também são atravessadas pelas relações mencionadas), mas também de alienação e opressão, conforme argumenta Abigail Bakan (2016). As experiências vividas e compartilhadas pelas mulheres negras em movimento constituem esse processo de formação, que acontece no âmbito da luta de classes em sentido amplo. É nesse sentido que argumento que as pautas do movimento de mulheres negras são ao mesmo tempo “específicas” quanto pautas “de classe”. (MACHADO, 2020, p. 182).

A forma com que a teoria da interseccionalidade visualiza o conceito de classe social não é exatamente homogênea, variando tanto o peso dado à ela quanto a forma com que o papel que ela cumpre é visto dentro da intersecção com gênero e raça. Collins entende como um desafio adicionar a categoria de classe à interseccionalidade, admitindo que essa foi negligenciada nas análises interseccionais. Para ela, a classe foi tratada por vezes “como uma categoria hipervisível”, mas desprovida de significado, por outras “como uma categoria descritiva, não analítica” e também “como uma categoria analítica do pensamento social marxista” (COLLINS, 2022, p. 317). A interseccionalidade, de modo coletivo, não foi capaz de formular uma visão própria de classe. A mais próxima formulação de classe enquadrada em uma perspectiva interseccional foi a de Angela Y. Davis, que Collins considera “uma análise crítica inovadora” (COLLINS, 2022, p. 320). De modo geral, parte da argumentação da interseccionalidade consiste em afirmar a inexistência de hierarquia entre essas três categorias, incluindo a classe na mesma linha horizontal de gênero e raça. Apesar disso, a visão de Bárbara Araújo Machado sobre o movimento de mulheres negras no Brasil não nos parece contraditório com a visão de interseccionalidade em Collins.

Como já trabalhado neste capítulo e nos anteriores, a teoria da interseccionalidade reside, em grande parte, em defender a indissociabilidade de categorias que permeiam a vida de mulheres negras, majoritariamente pertencentes à classe trabalhadora. Da mesma forma que elas concluíram que “o gênero tinha uma face racial” (COLLINS, 2022, p. 234) a partir da qual eram categorizados de maneira diferente homens negros, mulheres negras, homens brancos e mulheres brancas, pode-se afirmar que a raça tem uma face de gênero (pela qual divide papéis sociais entre mulheres e homens negros) e a experiência de classe possui ambas como categorias intrínsecas a ela. A elaboração de Angela Davis pode lançar luz à esse processo:

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a

perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 2011).

Ao compreender raça e gênero como “formas que a classe é vivida”, se retorna novamente para o conceito de experiência, em que as maneiras com que as categorias são “vivas” produzem formações de classe específicas. Nesse sentido, ao passo que as experiências de mulheres negras podem ser consideradas de classe, ao mesmo tempo precisam ser enxergadas como específicas, ao trabalharem suas questões particulares (MACHADO, 2020).

A consciência emergida da ação social feminina negra se constitui a partir da relação, como compreendido em Thompson: “a classe acontece quando alguns homens [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2015 p. 10 apud MACHADO, 2020, p. 207). Por um lado, as relações entre elas fortalecem as bases para uma ação conjunta a partir das suas características em comum, por outro a oposição de interesses com, por exemplo, o movimento feminista branco ou hegemônico também evidenciou sua posição enquanto grupo (MACHADO, 2020, p. 207).

Essa visão historiográfica se relaciona com algo que Patrícia Hill Collins identifica como uma das características centrais da interseccionalidade, o tema da relacionalidade (COLLINS, 2022). Segundo a socióloga, o próprio termo interseccionalidade remete às conexões que permitem um pensamento relacional. Gênero, raça e classe ganham significado a partir do seu papel enquanto relações sociais. As posições de poder analisadas pela interseccionalidade só ganham significado enquanto tal a partir do momento em que são postas em comparação (ou em *relação*) com outras posições sociais (COLLINS, 2022). Em perspectiva histórica, a relacionalidade pode não se referir apenas às relações de oposição das mulheres negras com outros grupos ou a sua relação de solidariedade entre si, mas também as coalizões e práticas de solidariedade constituídas em aliança com outros grupos sociais, em situações onde enxergavam necessidade de tais construções conjuntas.

A interseccionalidade postura que os sistemas de poder co-produzem uns aos outros de modo que reproduzem tanto resultados materiais desiguais quanto às experiências sociais distintas que caracterizam as experiências das pessoas de acordo com as hierarquias sociais. Em outras palavras, racismo, sexismo, exploração de classe e opressões semelhantes podem construir-se mutuamente, recorrendo a práticas e formas de organização semelhantes e distintas que influenciam coletivamente a realidade social. (COLLINS, 2022 p. 71).

O tema da não-dissociação entre categorias de raça, classe e gênero segue inserido em um patamar definidor do pensamento interseccional. A argumentação da interconexão não remete apenas às experiências individuais de sujeitos permeados por mais de uma opressão, mas atinge o cerne da construção histórica dessas categorias. Uma prática interseccional não simplesmente combina diferentes conceitos de opressão por “convivência heurística” (COLLINS, 2022, p. 67). Ela precisa buscar explicar historicamente a construção mútua desses atravessamentos de opressão (COLLINS, 2022).

Nesse sentido, aqui não temos a pretensão de definir as relações de gênero e raça com a categoria de classe, tampouco de enquadrar a interseccionalidade nos limites estreitos da perspectiva marxista sobre a classe social. Afirmações como essa necessitam uma investigação mais profunda, a qual não temos tempo de destrinchar dentro dos moldes desse trabalho, que não tem como objetivo investigar a história do movimento de mulheres negras no Brasil e Estados Unidos, mas as aproximações possíveis entre a teoria da interseccionalidade para Patricia Hill Collins e uma perspectiva de escrita da história à luz do conceito de experiência. Da mesma forma, esse capítulo buscou estabelecer aproximações entre o conceito de classe e as experiências de mulheres negras a partir de Collins.

5. Considerações Finais

"Enquanto a justiça social estiver fora do alcance das mulheres afro-americanas, ela provavelmente estará distante da sociedade estadunidense como um todo" (COLLINS, 2019, p. 359)

Inicio essas considerações finais com uma passagem que ilustra a dialética do pensamento de Patricia Hill Collins. Durante a investigação, percebemos que para ela não existe contradição real entre dar centralidade às experiências de mulheres racializadas e construir uma teoria social que possa dar resposta à uma totalidade. Pelo contrário - a todo momento, Collins evidencia o quanto essas mulheres estariam "mais bem posicionadas" para enxergar o efeito de diversas categorias sociais não só em suas vidas, mas na sociedade de modo geral (COLLINS, 2022, p. 230).

A tradição política que constitui as ideias da interseccionalidade teve como base a compreensão de ativistas negras e racializadas de modo geral sobre a existência de uma simultaneidade de opressões em suas vidas (SMITH, 2013). A partir dessa base, elas produziram uma teoria complexa com consequências significativas para a historiografia, teoria essa que foi sintetizada pela produção acadêmica de Collins. A relacionalidade, conceito central para a interseccionalidade, demonstra como o pensamento feminista negro exerceu um uso extremamente complexo dos construtos metodológicos de articulação, interdependência e adição para descrever como gênero, raça e classe operam na sociedade.

Em todo o trabalho, buscamos sinalizar como a interseccionalidade não é apenas um instrumento para a política identitária de mulheres, pessoas racializadas ou demais grupos considerados "minorias", mas um conceito com valor teórico significativo para o campo das ciências humanas de modo geral. Em especial, aqui utilizamos suas aproximações com a escrita da história para embasar nosso argumento. Ao voltar a lente analítica para a experiência de mulheres racializadas, não apenas enquanto aquelas que fizeram notáveis trajetórias políticas ou acadêmicas, mas enquanto grupo social, Collins nos aciona para construir uma *história dos de baixo*, acompanhando a escrita de E.P. Thompson e suas profundas repercussões na história social. A agência das mulheres racializadas enquanto sujeito histórico é um elemento transversal a todos os conceitos mobilizados por Collins e

trabalhados nesse TCC, seja como produtoras de conhecimento, ativistas ou “mulheres centrais” em suas comunidades e famílias (COLLINS, 2019).

A dimensão epistemológica também é um importante terreno de análise e intervenção de Collins, no que tange às mulheres negras em especial. Para ela, os processos eurocêntricos de validação do conhecimento permeados pelas relações de poder nos Estados Unidos tendem a reproduzir racismo epistemológico com essas mulheres, invalidando sua produção acadêmica. Uma das formas de reproduzir essa discriminação epistemológica descrita por ela, no nosso entendimento, seria limitar os efeitos da produção teórica de Collins apenas para as mulheres ou pessoas racializadas. A interseccionalidade, para além de uma ferramenta política utilizada por alguns grupos sociais, é um conceito importante do pensamento teórico, e aqui buscamos evidenciar seus possíveis usos para a escrita da história de modo geral, sem perder a sua referência de pertencimento. Em especial, Collins situa o pensamento feminista negro no âmbito geral de busca por justiça social (COLLINS, 2019).

O compromisso com a justiça social também é trazido aqui como um tema importante encontrado nas fontes. A todo momento, Collins busca realinhar a interseccionalidade com os projetos de conhecimento que estão deliberadamente ligados à luta pela superação das desigualdades e, portanto, por alcançar justiça social. Para ela, não basta se limitar a interpretar o mundo, é preciso se comprometer com uma teoria que busque transformá-lo. Nesse sentido, ela também combate a ideia de que o pesquisador deve estabelecer um distanciamento com o objeto de pesquisa, ideia que é especialmente nociva para as mulheres racializadas, que são acusadas de estarem demasiadamente comprometidas com seus objetos de pesquisa, e por isso tem suas teorias invalidadas.

Apesar de situar-se no contexto dos Estados Unidos, tema ressaltado pela autora diversas vezes, a produção teórica da socióloga pode ser vista de maneira transnacional. Núbia Regina Moreira, na publicação brasileira de “Pensamento Feminista Negro” classifica a obra como “um guia teórico-metodológico e político para ampliar a compreensão sobre o feminismo negro brasileiro” (MOREIRA, 2019, orelha do livro). Sendo assim, nos sentimos confortáveis para empregar comparações e diálogos com autoras negras brasileiras, considerando também as semelhanças e interconexões entre o feminismo afro-brasileiro e o ativismo das mulheres negras estadunidenses.

Por fim, buscamos aqui além de investigar as aproximações possíveis entre a interseccionalidade e a produção historiográfica, incorporar parte das metodologias propostas por Collins na produção de conhecimento. Colocamos sua escrita em diálogo com nossos referenciais teóricos, principalmente aquele calcado no marxismo britânico de Thompson,

mas buscamos sempre manter evidente que falamos de aproximações possíveis e não já dadas ou estabelecidas. Encontramos, em especial, na compreensão de experiência como um elemento central da produção de conhecimento e da análise histórica uma possibilidade grande de relação entre Collins e a historiografia.

Para além de uma teoria, Collins propõe uma metodologia que visa superar a noção de conhecimento acadêmico ocidental. Dentro do possível, buscamos incorporar essa compreensão sobre o que é conhecimento dentro das estratégias argumentativas e referências bibliográficas deste TCC. Apesar disso, reconhecemos que o tempo delimitado para a escrita nesse trabalho não foi suficiente para que possamos, de fato, abordar toda a complexidade do que propõe Patricia Hill Collins, nos limitando às aproximações possíveis com o conceito de interseccionalidade.

6. Referências Bibliográficas

ALVES, Douglas Santos. Da fragmentação à totalidade: sistemas de opressão no interior do capitalismo. **Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva**. Tubarão: Copiart, v. 1, p. 15-38, 2016.

ANDRADE, Joana El-Jaick. A política identitária como parte fundamental do projeto revolucionário. **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**, p. 75-87, 2020.

BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. **Mestrado em História (Dissertação)**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Editora Zouk, 2020.

BUENO, Winnie de Campos. Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. 2019.

COLE, Nicki Lisa. **Biography of Patricia Hill Collins: Her Life and Intellectual Contributions**. ThoughtCo, New York, 6 Mar. 2017. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/patricia-hill-collins-3026479>> Acesso em 20 de Fevereiro de 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Boitempo Editorial, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COMBAHEE RIVER, Collective; PEREIRA, S.; GOMES, L. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural-Revista De Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Identity politics, intersectionality, and violence against women. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **u. Chi. Legal f.**, p. 139, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em 16 de março de 2023.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. Planeta Estratégia, 2020.

FURINI, Vinicius Reis. Trabalho, conflitos e solidariedades: ordem e desordem na doca das frutas (Porto Alegre/RS–1940-1953). 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 93-103, 2010.

LLANES, Carolina Gerlach. Borderlands/La Frontera: uma análise da escrita da história através do pensamento feminista decolonial de Gloria Anzaldúa. 2022.

MACHADO, Bárbara Araújo. A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): Uma abordagem a partir da teoria da reprodução social. 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 20, p. 33-56, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. EP Thompson no Brasil. **Outubro**, v. 14, n. 6, p. 81-110, 2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 29, p. 607-626, 2016.

PAIVA, Iara: **A desconstrução de estereótipos na luta contra o racismo**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2013, São Paulo. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/a-desconstrucao-de-estereotipos-na-luta-contra-o-racismo/>>
Acesso em 16 de março de 2023.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 2017.

PUREZA, Fernando Cauduro. Cruzando olhares: estabelecendo diálogos entre EP Thompson e Angela Davis. **Revista Mundos do Trabalho| Florianópolis| vol**, v. 11, p. 1-20, 2019.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição (1884-1918). 2014.

Sem Autor: **Sojourner Truth**. Geledés Instituto da Mulher Negra, 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>> Acesso em 16 de Março de 2023.

SILVA, Fernanda Oliveira da. A RELAÇÃO SUJEITO-ESTRUTURA NA HISTÓRIA SOCIAL - APONTAMENTOS PARA ANALISAR A IDEIA DE RAÇA NESSA RELAÇÃO. **Oficina do Historiador**, v. 1, p. 1265-1277, 2014.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011.

SILVA, Tauana Olivia Gomes; FERREIRA, Gleidiane de Sousa. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1017-1033, 2017.

SMITH, Sharon: **Feminismo negro e interseccionalidade**. Portal Esquerda Online, 2017, São Paulo. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/09/13/feminismo-negro-e-interseccionalidade/>> Acesso em 11 de março de 2023.

THOMPSON, E. P.. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Editora Vozes, 2021.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (vol 1)**. Editora Paz e Terra, 2012.

WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação. **Democracia contra o capitalismo**, p. 73-98, 2003.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**, p. 10-31, 2021.